



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 069

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 069

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati

Dep. Tadeu Veneri.....

Dep. Jonas Guimarães

Dep. Ademar Traiano.....

Dep. Artagão Júnior

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto.....

Dep. Luiz Claudio Romanelli

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....

Liderança do PTB/PR

Dep. Jocelito Canto

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato

Liderança do PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel.....

Liderança do PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira.....

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró

Liderança do PT

Dep. Enio Verri.....

Liderança do Governo

Dep. Péricles de Mello.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

1ª Discussão.....

Redação Final

2ª Discussão.....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....

Atas de Comissões

Orçamento

Ecologia e Meio Ambiente

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

Balancetes Financeiros

Março.....

Abril.....

Maio.....

DIÁRIO Nº 069**63ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE JUNHO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademir Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida e Luiz Nishimori (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações:**

INDICAÇÃO Nº 151/08

SÚMULA:

Propõe viabilização das obras de pavimentação asfáltica adequadas do trecho rodoviário entre a sede do município de Maripá à rodovia PR-364, ligação entre Assis Chateaubriand e Palotina.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização da pavimentação asfáltica adequadas do trecho rodoviário compreendido entre a sede do município de Maripá à Rodovia PR-364, ligação entre Assis Chateaubriand e Palotina.

2 - A solicitação justifica-se pela importância daquela rodovia para o escoamento da produção agrícola e para o desenvolvimento dos diversos municípios da região.

Sala das Sessões, em 17/06/07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 152/08

SÚMULA:

Sugere a regulamentação e a execução dos dispositivos da Lei nº 13962, de 20/12/02. Obrigatoriamente de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião:

O Deputado Mauro Moraes dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a regulamentação da Lei nº 13962, de 20/12/02, que torna obrigatória a instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água.

II - Após a sua regulamentação, a imediata execução dos dispositivos da lei, que trará enormes benefícios aos usuários paranaenses, pois com a utilização do equipamento eliminador de ar, na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, não permitindo que se continue ao procedimento de uma cobrança indevida.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) MAURO MORAES

INDICAÇÃO Nº 153/08

SÚMULA:

Propõe a fixação de valor da Gratificação de Atividade em Unidade Correcional Intra Muros - GADI, ao servidor que exerça funções conforme específica, nos Centros de Socioeducação - CENSE.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com fundamento no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, propõe aos

Exmos. Srs. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná; Thelma Alves de Oliveira, DD. Secretária de Estado da Criança e da Juventude; e Maria Marta Renner Weber Lunardon, DD. Secretária de Estado da Administração e da Previdência:

1) a fixação da Gratificação de Atividade em Unidade Correcional Intra Muros - GADI, em R\$ 1.550,00 (hum mil quinhentos e cinquenta reais), incorporada para todos os efeitos legais, ao servidor que exerça funções de caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida no contato direto e contínuo com os internos dos Centros de Socioeducação - CENSE, e desenvolva suas atividades em Regime de Trabalho em Turnos - RTT.

2) Seja considerado como base de cálculo para fins de remuneração de serviço extraordinário ao Servidor, o valor da Gratificação de Atividade em Unidade Correcional Intra Muros - GADI.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Antes da aplicação do Decreto nº 2471, de 14/01/04, os Educadores Sociais, responsáveis pela segurança dos adolescentes infratores e dos demais funcionários que compõem o sistema sócio educativo, bem como das instalações, da condução de adolescentes em postos de saúde, hospitais, audiências nas suas respectivas comarcas, transferências, remoções, e outras atividades inerentes à função, recebiam como adicionais (risco de vida, insalubridade, periculosidade, etc), o percentual de 130% sobre seus vencimentos básicos, enquanto as demais categorias o equivalente a 80%, estes por estarem apenas em parte do seu tempo de trabalho em contato direto com os adolescentes, ao contrário dos educadores.

Com a aplicação do Decreto nº 2471, o Educador Social passou a receber apenas R\$ 950,00 em valor fixo, a título de Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI, e outras categorias, como a de Agente Penitenciário, a receber R\$ 1.550,00.

Dessa forma, de vez que tanto o Educador Social como o Agente Penitenciário exercem funções similares, é justa e necessária a fixação de valor da GADI em R\$ 1.550,00 em favor daqueles profissionais.

Quanto ao valor da remuneração de serviço extraordinário pago ao Educador Social, atualmente a GADI não compõem a base de cálculo.

Assim, essa questão deve também merecer uma reavaliação, pois partindo do princípio de que o valor da hora extra é o valor da hora normal acrescido do adicional legal, justo é que para o cálculo da remuneração de serviço extraordinário desses profissionais seja levada em consideração também o valor da GADI.

Vale lembrar que as atividades de caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida também são exercidas no período de horas extras, exigindo até maior esforço por parte do servidor, merecendo este portanto, receber o benefício nas mesmas bases.

Ainda, sendo a GADI o resultado da soma de vantagens recebidas pelos Educadores Sociais até a edição do decreto 2471, na obsta que para o cálculo da remuneração de serviço extraordinário seja utilizada como base também o valor da GADI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 065/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estacionamentos para caminhões e banheiros nas praças de pedágios do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 121/08, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer parcerias público-privado com empresas de telefonia celular para atender a todos os municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a prorrogação da Sessão Ordinária por 2 horas, com base no artigo 81 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo nos dias 18/06/08 e 19/06/08, no evento do MEC e Ministério de Relações Exteriores para celebrar convênio com estudantes do Brasil x Ucrânia e Brasil x Polônia a ser realizado em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 1628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no

dia 18/06/08 no Seminário sobre Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social a ser realizado em Brasília (DF).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 1587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Goebel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Antonia Stacheski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neuza Ana de Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdomiro Pinto Carneiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osni Miró, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sandrino Vedan, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neuzi Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Suzana Nunes Andrei, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Daniel Maia Nascimento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Falavinha Zander, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tadeu Zanardini Dezebeke, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Trindade Gonçalves dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Dr. Márcio Geron, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Capanema, Estado do Paraná, em razão de ter sido indicado pela Secretaria Nacional Antidrogas-SENAD, do Ministério de Segurança Institucional da Presidência da República e do Conselho Nacional Antidrogas, para o recebimento do Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, título concedido como reconhecimento a personalidades e instituições nacionais e estrangeiras, por sua significativa contribuição nas ações de implementação e fortalecimento da política nacional sobre drogas.

Requer, ainda, dê-se ciência deste requerimento ao homenageado e à Direção do Fórum da comarca de Capanema.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que o problema das drogas tem se disseminado pelo Brasil e pelo mundo, destruindo inúmeras famílias e ceifando vidas de adolescentes e até mesmo crianças.

O Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, concedido ao Dr. Márcio Geron é altamente significativo, pelo reconhecimento de seu trabalho constante e efetivo pela eliminação das drogas no seio da juventude, abrangendo, inclusive a área de bebidas alcoólicas. Na verdade, são poucas as autoridades que o recebem, vez que esse não é um trabalho fácil, por exigir dedicação e grande empenho.

A comarca de Capanema e o estado do Paraná sentem-se orgulhosos em contar com um magistrado que, além de suas atribuições normais de Juiz de Direito, ainda encontra tempo para se dedicar a essa atividade meritória, que visa impedir os jovens de se envolver com as drogas, o que só pode culminar com o desespero e a perdição.

Por isso, queremos registrar aqui nossa homenagem, com o desejo de que essa campanha continue e ganhe cada vez mais adeptos.

REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao Diretor Rodrigo Barrozo enviando-lhes voto de congratulações, em razão da comemoração do aniversário do veículo de comunicação.

O trabalho sério realizado pelo Jornal do Estado e a confiança da população curitibana, conquistada ao longos dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Marcial Carlos Ribeiro, Superintendente do Hospital São Vicente.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao Dr. Marcial Carlos Ribeiro, Superintendente do Hospital São Vicente, pela dedicação e afincos com que executa seu trabalho frente a este centro de saúde.

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), devido aos 25 anos de funcionamento, completos na data de 21 de maio deste ano. Com mais de 800 associados, a APAP promove a arte, a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio estético, histórico e artístico através de estudos e da prática profissional dos Artistas Plásticos em suas mais amplas e variadas manifestações. Com este trabalho louvável incentiva o desenvolvimento artístico, paisagístico, turístico e econômico com responsabilidade social.

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Fórum de Entidades Culturais.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao Fórum de Entidades Culturais, que ao lado de outras entidades vem demonstrando a força e o valor das manifestações culturais do nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 1614

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Cristina Cesário Ferreira, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Cristina Cesário Ferreira, que coordenou com dedicação e afincos esta entidade na gestão de 2003/2007 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Renee H. Pires de Bittencourt (*in memoriam*), ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sr. Renee H. Pires de Bittencourt (*in memoriam*), que coordenou com dedicação e afincos esta entidade na gestão de 1985/1987 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Humberto Boguszewski, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sr. José Humberto Boguszewski, que coordenou com dedicação e afincos esta entidade na gestão de 1983/1985 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Lirdi Mueller Jorge, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Lirdi Mueller Jorge, que coordenou com dedicação e afincos esta entidade na gestão de 1989/1990 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Lelia Brown, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Lelia Brown, que coordenou com dedicação e afincos esta entidade na gestão de 1997/1999 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao poeta paranaense Cecim Calixto (*in memoriam*).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao poeta Cecim Calixto, autor de livros como Tenda de estrelas, Lampejos e A voz do amor. Natural do município paranaense de Pinhalão, Calixto foi premiado no concurso nacional de poesia Helena Kolody e também em concursos literários do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Além disso, era considerado por muitos como o poeta do amor e foi membro do Centro de Letras do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Waltraud Sékula, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Waltraud Sékula, que coordenou com dedicação e afincos esta entidade na gestão de 1999/2003 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Maria do Carmo Cavalcanti Fortes, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Maria do Carmo Cavalcanti Fortes, que coordenou com dedicação e afinho esta entidade na gestão de 1995/1997 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Rosa Bruinjé, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Rosa Bruinjé, que coordenou com dedicação e afinho esta entidade na gestão de 1993/1995 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Eduardo Nascimento, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sr. Eduardo Nascimento, que coordenou com dedicação e afinho esta entidade na gestão de 1987/1989 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Dalwa Lobo, ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a ex-Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná (APAP), Sra. Dalwa Lobo, que coordenou com dedicação e afinho esta entidade na gestão de 1991/1993 promovendo melhorias significativas a todos os associados.

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Coronel Antonio José Lemos, Diretor Geral do Hospital Regional da Lapa São Sebastião.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao Coronel Antonio José Lemos, que atua como Diretor Geral do Hospital Regional da Lapa São Sebastião, promovendo significativas melhorias desde que assumiu o cargo em fevereiro de 2006. Dentre suas ações estão benfeitorias nas instalações e na recuperação do patrimônio hospitalar, além da recomposição dos profissionais na área técnica e a preocupação com o bem estar dos funcionários.

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Universidade Livre para a Eficiência Humana (UNILEHU).

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU - que promove a valorização da diversidade por meio de ações inovadoras para inclusão de pessoas com deficiência, buscando minimizar demandas sociais em Curitiba.

Esta organização não governamental iniciou suas atividades em outubro de 2005, e é orientada e mantida por empresas preocupadas com a questão da inclusão no mercado de trabalho e da conscientização da sociedade para esta causa.

REQUERIMENTO Nº 1627

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Jornal A Cidade Regional.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem ao Jornal A Cidade Regional pela dedicação de todos os profissionais que contribuem para que esse veículo de comunicação seja um observador atento e um informante exemplar para os moradores de Cornélio Procopio e região.

REQUERIMENTO Nº 1607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Ilmo. Sr.

Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Marcos Antonio Batista, sugerindo que os jogos das quartas-de-final da segunda divisão, ou divisão de acesso do Campeonato Paranaense de Futebol sejam transmitidas, ao vivo, por aquela emissora de televisão para todo o estado.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Mauro Moraes, Ademar Traiano, Elton Welter, Luiz Claudio Romanelli, Ribas Carli Filho, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Duílio Genari, Jonas Guimarães, Artagão Júnior, Luiz Fernandes Litro, Reni Pereira, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Chico Noroeste, Plauto Miró, Dobrandino da Silva, Cida Borghetti, Teruo Kato, Dr. Batista, Nelson Justus, Edgar Bueno, Marcelo Rangel, Rosane Ferreira, Augustinho Zucchi, Edson Strapasson, Tadeu Veneri, Enio Verri, e um ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1629

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando um documento oficial com assinatura do Sr. Governador assumindo o compromisso de reabertura do Curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, para o ano de 2009.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações a Secretaria de Estado da Segurança Pública, em relação ao Instituto Médico Legal - IML de Ponta Grossa, questiona-se o seguinte:

- 1) Qual o número de funcionários no referido IML?
- 2) Qual o valor de recursos repassados mensalmente ao referido IML?
- 3) Quantos municípios da região dos campos gerias são atendidos pelo referido IML?

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 269/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Guarapuava - CONSEG, com sede e foro no município de Guarapuava, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava/PR.

Sem fins lucrativos, fundada em 22/09/97, a entidade tem por objetivo prestar apoio que se fizer necessário aos órgãos de Segurança Pública e demais segmentos organizados da sociedade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 270/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os rótulos de medicamentos comercializados pelas farmácias de manipulação e homeopatia instaladas no estado do Paraná deverão ser padronizadas, nos termos desta lei.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º desta lei ficam obrigadas a incluir, nos rótulos dos medicamentos comercializados, as seguintes informações:

I - nome do estabelecimento comercial com seu endereço;

II - número a licença sanitária;

III - nome do profissional que manipulou a fórmula e o número do seu registro no Conselho Regional de Farmácia;

IV - nome do profissional médico que prescreveu;

V - posologia;

VI - nome das substâncias que contém, com suas respectivas dosagens;

VII - prazo de validade do produto;

VIII - nome do paciente.

Parágrafo Único. Além das informações a que se refere o presente artigo, e quando oportuno, a farmácia incluirá os dizeres: "Uso Externo", "Uso Interno", "Agite quando usar", "Uso Veterinário" ou "Veneno".

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentos) UFIRs, não os desobrigando da padronização dos rótulos.

§ 1º Em caso de reincidência, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aplicação da primeira multa, o valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo será dobrado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após passados 30 dias da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao cumprimento desta lei.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado visa padronizar os rótulos dos medicamentos comercializados nas farmácias de manipulação e homeopatia, obrigando-os a incluir certas informações e estipulando multa aos estabelecimentos que não cumprirem suas exigências.

Tal iniciativa é uma importante forma de informar os consumidores da correta composição e procedência do produto adquirido, além de ser uma forma de proteger a sua saúde, presumindo que o medicamento será usado para o fim correto.

Cabe ressaltar que tal projeto encontra respaldo nos incisos V e XII, do artigo 24, da Constituição da República, que determina a competência concorrente entre a união e os estados para legislar sobre produção e consumo e proteção e defesa da saúde:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Desta forma, conto com o apoio dos meus nobres Pares para aprovação deste projeto de lei, que servirá como importante instrumento para informar e proteger os consumidores de medicamentos.

PROJETO DE LEI Nº 271/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os terminais rodoviários, estações de transporte, cinemas, teatros, casa de shows, agências bancárias, dos correios ou lotéricas ou todo e qualquer outro estabelecimento que utilize guichês de atendimento, no estado do Paraná, deverão manter ao menos um de seus guichês adequado à altura e condizentes às necessidades das pessoas portadoras de deficiência, que utilizam cadeiras de roda, para que os mesmos tenham um melhor contato visual e de comunicação com o funcionário.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentos) UFIRs, não os desobrigando de seu posterior cumprimento.

§ 1º Em caso de reincidência, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aplicação da primeira multa, o valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo será dobrado.

§ 2º Os valores arrecadados com as multas deverão ser destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, nos termos da Lei nº 14975/05.

Art. 3º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor depois de contados 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Parágrafo Único. O período compreendido entre a data da publicação e da entrada em vigor da lei ficará destinado para os estabelecimentos se adequarem ao seu cumprimento.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado visa facilitar o atendimento das pessoas com deficiência, que utilizam cadeiras de roda para se locomoverem. O cadeirante muitas vezes sofre constrangimentos por não conseguir se comunicar com o funcionário do outro lado do guichê, precisando de ajuda e até mesmo de interlocutores, devido a altura desses guichês.

Tal projeto encontra respaldo nos artigos 5º e 24, inciso XIV, da Constituição da República, que garantem o direito à igualdade, além da competência concorrente entre a união e os estados para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Desta forma, conto com o apoio dos meus nobres Pares para aprovação deste projeto de lei que, sem dúvida alguma, irá proporcionar um tratamento mais humano e digno às pessoas portadoras de deficiência, usuárias de cadeiras de rodas, que hoje compõe uma grande parcela da população de nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 272/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual, o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná, com sede e foro em Maringá, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) ENIO VERRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Centro Popular de Cultura da Região Norte do Paraná, com sede na cidade de Maringá - Paraná.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 7887/08 de 28 de fevereiro de 2008, foi declarada de utilidade pública municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo apoiar, fomentar e estimular todas as iniciativas locais, estaduais e federais relacionadas à produção, veiculação e fomento cultural, bem como apoiar, desenvolver e fomentar as atividades voltadas para a educação; priorizando a democratização e a socialização do produto cultural;

realizar projetos, estudos, pesquisas, cursos, seminários, publicações de revistas, livros, jornais e demais meios de expressão cultural, artística e de comunicação; valorizar a cultura e as tradições local e regional, incentivando a criatividade e a sistematização científica e tecnológica, tanto a nível individual como coletivo; sociabilizar as atividades de construção do conhecimento; fomentar a pesquisa educacional, artístico-cultural, científica e tecnológica; criar uma base de informações que propicie e estimule a realização de estudos e pesquisas e permita o estabelecimento de intercâmbio com entidades congêneres do país e do exterior; criar projetos comunitários de expressão compartilhada, nas áreas educacional, artístico-cultural, científica e tecnológica; prestar serviços de consultoria nas suas áreas de atuação, para organismos públicos e privados; estimular a participação de expoentes da comunidade em setores relacionados com educação, cultura, lazer, informação, ciência e tecnologia; contribuir para a elevação do nível educacional e cultural da população brasileira, incluindo-se o patrocínio de bolsas educacionais no Brasil e no exterior.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 273/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual, o Instituto Irmãs da Reparação, com sede e foro em Londrina, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) ENIO VERRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Instituto Irmãs da Reparação, com sede na cidade de Londrina - Paraná.

A presente entidade tem por objetivo dinamizar sua ação evangelizadora, transformadora e defensora da dignidade humana; reconstruir a imagem de Deus deformada, sobretudo, nas jovens mulheres em maiores dificuldades; promover a formação continuada da capacitação e de liderança em benefício da comunidade; dar assistência às famílias carentes; preocupar-se da educação e da saúde das crianças e dos adolescentes em perigo moral; prestar serviços às comunidades mais carentes e também organizar um círculo de colaboradores, educadas no mesmo espírito de amigas (voluntárias nacionais e estrangeiras) da Associação a fim de ampliar a própria ação de cidadania responsável.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 274/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14257, de 16 de dezembro de 2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam as escolas públicas de ensino médio e fundamental do estado do Paraná obrigadas a proceder ao hasteamento da Bandeira do Estado do Paraná, às sextas-feiras, durante o período escolar.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/06/08.

(a) CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que tem por objetivo alterar a Lei nº 14257, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o hasteamento da Bandeira e execução do Hino do Estado do Paraná.

A nossa intenção é que o hasteamento da bandeira paranaense e a execução do Hino do Estado do Paraná ocorra toda sexta-feira, durante o ano letivo, e não somente no primeiro dia do ano escolar. Procurando, com a mudança do dispositivo da lei, levar um maior conhecimento do Hino do Estado do Paraná à nossa comunidade escolar, criando um vínculo maior da nossa juventude com esse pedaço maravilhoso no nosso Brasil.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

LEI Nº 14257

Publicado no Diário Oficial nº 6628 de 16/12/03

Art. 1º As escolas públicas de ensinos médio e fundamental do estado do Paraná, no primeiro dia letivo de cada ano, deverão proceder ao hasteamento da Bandeira do Estado no início de cada turno.

Art. 2º Após o hasteamento da Bandeira do Estado, será executado o Hino do Estado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 16/12/03.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Deputado Jonas, Deputada Luciana, Deputadas e Deputados, comitê de imprensa, amigos que visitam a Assembléia Legislativa no dia de hoje. Assembléia Legislativa que é a Casa do povo.

Aqui estamos cumprindo o mandato de Deputado porque o povo, de maneira soberana, democrática, colocou aquele abençoado voto na urna eletrônica, elegendo os 54 Parlamentares que compõem esta Casa de Leis. Então, temo que fazer o melhor, oferecer o melhor para poder fazer jus, para retribuir, para expressar a nossa gratidão ao apoio, ao voto que o povo, tendo Deus como testemunha, colocou nas urnas para eleger cada um de nós. É nosso dever, nossa obrigação trabalhar, e trabalhar com responsabilidade, evidentemente votar a favor das leis que favoreçam a população do Paraná. E ter também a coragem, a dignidade, o pulso firme quando necessário, inclusive para discordar do Governador Requião.

O Governador Requião é um homem poderoso, que tem a maioria esmagadora nesta Casa, mas não devemos ter medo, nos curvar, achar que temos que votar tudo do jeito que o Governador Requião quer dos Parlamentares. Acho que é isso que o povo quer. Quando o Governador tiver uma medida que é boa para a população, independente de ser Situação ou Oposição, devemos aprovar a medida que beneficia o povo. Mas, devemos de ter a coragem, o discernimento, a liberdade, a independência para poder ter essa postura de total imparcialidade, até para votar contra algumas medidas do Governador Roberto Requião.

Presidente, quero cumprimentar o Wilians e a Poliane, que são dois jovens estudantes da Universidade Federal, que estão agora, mais do que nunca, colocando uma “saia justa” nos Parlamentares, anotando para um trabalho em parceria, qual o Deputado que vem, que fica pouco tempo na Sessão, se ausenta e uma vez por mês a Folha de Londrina divulga o resultado desse trabalho. É um grande instrumento para que o povo possa acompanhar e fiscalizar a atuação de todos nós Parlamentares nesta Casa de Leis. O povo é contra aquele que se elege e não aparece para trabalhar. Então, desejamos boa-sorte ao Wilians e a Poliane nesse importante trabalho.

Falamos ontem do Instituto de Identificação do Paraná, que de maneira estranha, num sistema arcaico, superado, velho, coisa do tempo antigo, só funciona até as 14h, para você poder requerer a sua carteira de identidade ou para requerer uma 2ª via. É por isso que tem essa fila, essa multidão de gente no Paraná desesperada, como a imprensa tem mostrado. É que leva muito tempo, primeiro, para ser atendido no Instituto de Identificação; segundo, depois de atendido, tem que voltar daqui um mês, 40 dias, dois meses para pegar a carteira. E quem tem uma viagem de urgência para fazer? Não faz. E quem conseguiu um posto de trabalho e precisa do RG? Também vai perder o emprego.

Governador Requião, pelo amor de Deus, na cabeça de quem está esse sistema de trabalho, meu Deus do Céu? Isso é uma afronta, um desrespeito ao povo e não é de graça o RG, não, e também não é muito barata a taxa para você requerer a carteira original ou requerer a 2ª via.

Pois bem, nobres Parlamentares, grande Líder Marcelo Rangel, nosso grande Líder Duílio Genari, não é apenas o Instituto de Identificação...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do PP

... não é apenas o Instituto de Identificação que está no sistema da carroça, da charrete, que está funcionando em ritmo de tartaruga, não.

Eu fui ver também o DETRAN, para você tirar uma carteira de motorista, para requerer a 2ª via, também só atende até as 14h. Meu Deus do Céu, até 14h! Uma repartição pública, a bem da verdade, como o Instituto de Identificação e o próprio DETRAN, na minha ótica, o ideal seria funcionar até de noite, porque tem gente que está trabalhando de dia e só pode ir atrás de documento à noite, porque nem todo patrão libera o empregado, a empregada, para ir atrás de documento. Mas já que seria uma utopia, um sonho irrealizável, pela postura das nossas autoridades, que pelo menos o DETRAN, o Instituto de Identificação funcionem no mínimo, até 17h30, nobres Parlamentares, que é para a coisa andar mais depressa. Vamos acabar com essa maldita burocracia que só enche a paciência do nosso povo. Volto a repetir: não é de graça, não é favor, não é esmola quem vai tirar a sua carteira de habilitação, quem vai tirar a 2ª via, quem vai tirar o seu RG.

Então, no ano de 2008, quando se fala que devemos trabalhar, produzir, é estranho que no nosso Paraná ainda tenha esse sistema que é anti-povo, contra o povo, uma repartição pública como o Instituto de Identificação, como o próprio DETRAN, estarem com a porta aberta somente até as 14h para atender o povo.

Volto a repetir: isso é falta de respeito, é cabeça oca da autoridade que, lá atrás, colocou que a repartição só iria abrir até as 14h. Ficou, entra autoridade, sai autoridade e a coisa não se modifica.

Daí a pergunta: e se alguém chegar numa Prefeitura e for informado que o Prefeito só trabalha até as 14h, qual a reação do povo? Se alguém chegar aqui na Assembléia Legislativa e tiver uma explicação que o Deputado só trabalha até as 14h o povo vai gostar? Não. O Governador Requião, alguém chegar no Palácio: “Quero falar com o Governador Requião”. “Ah, ele só trabalha até as 14h”. Ou o Presidente Lula, no Palácio do Planalto: “Ah, o Presidente só trabalha até as 14h”.

Então, o nosso apelo é para que nossas autoridades modifiquem esses horários de atendimento, visando facilitar a vida do nosso povo, do contribuinte, que paga, e paga caro, para tirar o seu RG, paga, e paga caro, para tirar a sua carteira de habilitação e não pode mais continuar sendo vítima desse sistema totalmente superado no serviço público.

Para terminar, Presidente Nelson Justus, o Brasil está sendo achincalhado na imprensa do mundo inteiro pelo lamentável episódio que aconteceu com três jovens no morro do Rio de Janeiro. Colocaram o Exército nas favelas para combater traficantes de drogas.

O Exército, nobres Pares, não tem nenhum preparo para lidar com bandido, para lidar com traficantes de drogas. As Forças Armadas existem não é para entrar nesta área de atuação, é para garantir a soberania nacional, para proteger a população brasileira como um todo e já se sabia, quantos analistas alertaram que era um erro grave que se estava cometendo colocando o Exército para enfrentar traficantes de drogas, que ia dar errado! E deu errado! E agora estão manchando o nome, a glória, a tradição do Exército Brasileiro!

O que aconteceu? Na favela os militares do nosso Exército, de maneira criminosa, agindo pior que os traficantes de drogas, agindo como bandidos, os militares pegaram três jovens e numa intimidade estranha dos militares, o pessoal do Exército entregou os três rapazinhos para os traficantes de drogas e pediram para eles darem uma correção nos jovens, para dar um castigo neles.

Meus senhores, nobres Pares, isso é papel para o Exército fazer? Pegar três rapazinhos, se são suspeitos, prendam! Mas pegar os rapazinhos e entregar para os traficantes de drogas rivais, de uma outra facção do tráfico de drogas, com um pedido dos militares do Exército para aplicar uma correção, um castigo nos três rapazinhos. O que aconteceu? Os traficantes aproveitaram já que estavam com o sinal verde da farda verde do nosso glorioso Exército Brasileiro, resolveram dar um castigo em definitivo, massacraram, torturaram, mataram os três rapazinhos!

A atitude desses militares, desse segmento do Exército, emporcalhou, sujou a honra, a tradição e o respeito que o Brasil tem pelo Exército Brasileiro. Não é isso que o povo quer do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, das nossas Forças Armadas que, volto a repetir, devem ser utilizadas para garantir a independência do Brasil, a soberania da nossa pátria contra eventuais inimigos que venham tentar invadir o território brasileiro!

Portanto, Sr. Presidente, lamentamos, nosso respeito ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica e um apelo: enquanto é tempo é hora de tirar o Exército desse confronto com os traficantes de drogas e colocar a Polícia especializada, Polícia preparada, porque o Exército, está provado, não está nada preparado para combater criminosos, traficantes de drogas, poderosos do Rio ou de qualquer outra parte do Brasil. Nosso apelo, Sr. Presidente, nossa fala no sentido que o Presidente Lula, enquanto é tempo, coloque o Exército, coloque as Forças Armadas no seu devido lugar, retirando dessa área de conflito e colocando Polícia pesada para banir, para eliminar, para prender os malditos traficantes de drogas que tanto mal, que tanta destruição, que tanta infelicidade causam aos jovens e às famílias brasileiras com essa droga que apenas serve para destruir as famílias e a felicidade do nosso povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, no final da tarde, chegou até alguns dos Srs. Deputados, também chegou à imprensa uma mensagem do Governador Roberto Requião, com alguns vetos do Projeto nº 828/07, que é um projeto que criou no Tribunal de Contas a nova estrutura de Cargos, Carreiras e Salários. Esse veto, em que pese, temos entendido que o principal artigo, que é o artigo 13, não está vetado. Esses vetos, Deputado Rossoni, vieram, na verdade, confirmar aquilo que V. Exa., eu, Deputada Rosane, Deputado Praczyk e alguns outros Deputados já havíamos apontado aqui quando da votação do projeto do Tribunal de Contas. O Deputado Marcelo Rangel também votou com as emendas que havíamos feito.

O Governador vetou exatamente aqueles itens que levantávamos, itens 31, 33, 29, que dizem o quê? Um fala da progressão que você teria um comissionamento de até 50% de uma forma discricionária, ou seja, não estabelece nenhum critério. O Governador vetou, no meu entendimento, corretamente. Vetou também o item que falava que se o servidor do Tribunal de Contas, por demanda judicial, perdesse o cargo que estava ocupando neste momento por ter sido alçado esse cargo de forma irregular, retornaria ao seu cargo de origem, porém com os vencimentos percebidos no cargo original, ou seja, no cargo que estava naquele momento. Outro item também é aquele que diz que o Tribunal de Contas estaria disponibilizando defesa jurídica para os servidores que estivessem, de alguma forma, sendo questionados na Justiça.

Entendo que o Governo Requião poderia ter vetado o artigo 13, embora, obviamente - eu falava isso hoje com o Líder do Governo, o Deputado Romanelli - se vetasse o artigo 13, estaria vetando todo o projeto de lei, porque é o artigo 13 exatamente aquele que estabelece quais são os níveis que serão criados dentro do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas. Os três níveis criados.

Víamos apresentada na ocasião uma emenda que acrescia ao artigo 13 o item que dizia exatamente como deveria ser feito o provimento desses três grupos que se transformaram. Seriam feitos através do seu provimento inicial. Como essa emenda que fizemos foi derrubada, temos a seguinte situação: ou se derruba o artigo 13 e aí, obviamente, o Governador veta e derruba todo o processo, todo o projeto do Tribunal de Contas, ou mantém e mantém a inconstitucionalidade. O Governador vetou os outros itens mas manteve esse, que no meu entendimento é um item que mantém a inconstitucionalidade do projeto de Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas.

O que o Governador falou hoje na “escolinha”? Eu não estava presente, mas alguns Deputados estavam presentes, o Deputado Enio Verri, o Governador hoje disse que irá sancionar o projeto a partir do momento que o Tribunal de Contas mandar para esta Casa uma nova mensagem corrigindo esse item 13 e a inconstitucionalidade do item 13.

Quero registrar aqui, acho que o Governador agiu corretamente a favor do veto aos demais itens que já apontamos. Não vetou o item 13 até porque, provavelmente, se o fizer irá derrubar todo o projeto. Entendo que deveria tê-lo vetado, porque mesmo sendo um projeto como um todo, seria possível refazê-lo, aí não sofreria nenhum questionamento contra a sua constitucionalidade. Agora, entendo também, que se a Assembléia derrubar os vetos do Governador, quando vierem a Plenário, teremos necessariamente que nos deparar, num período muito curto de tempo, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que poderá ser impetrada, ou pelo próprio Governador, ou pela OAB, partido político, enfim, uma série de entes da federação que poderão entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. O que não é possível, Deputado Romanelli, é que quando esses vetos do Tribunal de Contas vierem a Plenário, por alguma razão derrubemos esses vetos.

Já de antemão quero me manifestar aqui favorável à manutenção dos vetos do Governador Requião, ao projeto do Tribunal de Contas, assim como a Deputada Rosane, eu e outros Deputados que votamos favoráveis àquelas emendas, entendo que o Governador coloca, hoje, novamente, aquelas emendas que haviam sido derrotadas em Plenário, de alguma forma voltam a fazer parte do projeto, porque o projeto, com o veto do Governador, retira as inconstitucionalidades, em que pese o artigo 13, mas retira as inconstitucionalidades que havíamos apontado, e esperamos que a Assembléia Legislativa mantenha o veto. Porque se a Assembléia Legislativa derrubar os vetos, não tenho dúvidas de que não teremos outra alternativa que não seja, num período curtíssimo de tempo, uma entidade que tem legitimidade, entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

É com muito prazer que venho a esta tribuna para dizer aos companheiros desta Casa que, há dias atrás, entrou um projeto para ser votado nesta Assembléia, sobre a diminuição dos impostos para a confecção. Projeto encabeçado pelo nosso companheiro Ademar Traiano, Presidente Nelson Justus, Alexandre Curi, Luiz Claudio Romanelli e demais.

Quero dizer aos Deputados que votaram favoráveis a este projeto e que quando aconteceu o veto do Governador, me entristeceu, porque conhecedor e morador de um município aonde 80% da sua economia, que é o município de Cianorte, a nossa economia, 80% é de confecção, que gera 10 mil empregos, temos só em Cianorte mais de 1 mil e 220 empresas ligadas à confecção, são 294 indústrias, casas de comércio, 12 lavanderias e 1 mil e 500 estabelecimentos comerciais, estabelecidos e organizados em Cianorte. Por isso, era de suma importância a aprovação deste projeto.

Mas hoje, houve uma reunião no Palácio das Araucárias com o Governador e realmente o Governador, mais uma vez, foi sensível para ajudar as indústrias do estado do Paraná. Quando ele fez a isenção das pequenas e microempresas, alavancou nossas indústrias, do estado do Paraná, cresceram as indústrias e não caiu a arrecadação. É uma forma inteligente do Secretário da Fazenda, nosso companheiro Heron Arzua e também dos companheiros que realmente colaboraram com este projeto, hoje aprovado pelo nosso Governador.

Quero deixar meu agradecimento aos nossos companheiros que entraram com este projeto e também ao nosso Secretário Heron, que inteligentemente fez com que ficasse provado que realmente é melhor diminuirmos as alíquotas de ICMS e continuarmos com nossas empresas no nosso estado do que migrarem para outros estados, como Mato Grosso do Sul ou Rio de Janeiro.

Cianorte será beneficiada, o estado do Paraná será beneficiado com esta lei e está de parabéns o nosso Governador, que mais uma vez veio fazer com que o seu parecer seja favorável ao crescimento, ao desenvolvimento do nosso estado do Paraná. Não só na arrecadação, na produção, mas também na geração de mais empregos.

Por isso, quero aqui, mais uma vez, registrar a minha gratidão ao nosso Governador e aos companheiros de Bancada, os Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente, quero aqui deixar os meus agradecimentos e dizer que o Paraná, as suas cidades e Cianorte, considerada Capital do Vestuário, onde a maior economia está na confecção, graças a Deus tenho certeza que de agora em diante irá crescer ainda mais. Deixo aqui os meus agradecimentos!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Na esteira do pronunciamento do Deputado Jonas Guimarães, também venho à tribuna para fazer aqui, de viva voz, um agradecimento ao Governador Roberto Requião por contemplar um pleito que, por iniciativa

nossa, apresentamos aqui uma proposição nesta Casa e que acabou ganhando corpo com todos os Srs. Parlamentares, até porque é um assunto que extrapola qualquer divergência de ordem política, ideológica e tenho a convicção que essa proposição visava única e exclusivamente a manutenção do emprego dos paranaenses, discurso esse que é, na verdade, a grande bandeira do atual Governador Roberto Requião.

Por isso, há algum tempo vínhamos discutindo esse projeto, que tinha no seu bojo a iniciativa de propor ao segmento do vestuário do Paraná, que gera em torno de 76 mil empregos neste estado, é um dos segmentos que mais gera empregos no estado do Paraná, há muito tempo vínhamos reivindicando isso, até porque outros estados da federação já estavam contemplando esse segmento, até em função da crise em que vivemos, dos produtos chineses chegando no Brasil e no estado do Paraná, tendo reflexo direto na área produtiva do setor de confecções deste estado.

Aprovamos o projeto por unanimidade e o Governador Roberto Requião entendeu, quando encaminhado o projeto para sua sanção, que era inconstitucional, o que nós, na verdade, não queremos questioná-lo, mas pelo contrário, porque o veto já estava praticamente pronto para ser até derrubado, em um entendimento dos Srs. Parlamentares, por terem a compreensão de que é extremamente importante e vital para o segmento a aprovação dessa lei. Por iniciativa do Líder do Governo, Deputado Romanelli, que foi um dos grandes batalhadores para que isso acontecesse, como o Deputado Alexandre Curi, o Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa, que intermediaram a conversa com o Governador Roberto Requião e no dia de hoje estivemos no Palácio, em almoço com o Governador, que entendeu o clamor da Assembléia Legislativa do Estado e, de pronto, em contato com o Secretário da Fazenda, determinou que se resolvesse o assunto para esse segmento através de um ato, de um decreto governamental.

Enfim, o assunto está definitivamente solucionado e estaremos assim, com essa atitude simpática do Governador, e tenho que ser muito correto, porque ao tempo em que fazemos Oposição nesta Casa, temos que reconhecer também o ato de grandeza do Governador quando se rende à vontade da maioria dos Parlamentares, independente de cor partidária, e resolve um problema que era crucial nesse segmento produtivo do estado do Paraná e hoje definitivamente resolveu o assunto, dando ao Secretário da Fazenda a autonomia para resolver por decreto e enquadrar também os benefícios fiscais que os outros estados concedem a esse segmento, que eles sejam concedidos aqui no estado do Paraná.

Então, Deputado Romanelli, já travamos muitas batalhas aqui nesta Casa, tenho certeza que da forma como fazemos política, civilizadamente, é realmente providencial que venhamos aqui para fazer esse agradecimento a V. Exa., que intermediou essa conversa com o Governador, como prontamente com o nosso Presidente

Nelson Justus, na tarde de ontem fez esse contato com o Governador, o Deputado Alexandre Curi. O veto estava aqui, pronto para ser apreciado, e tinha convicção de que iríamos derrubar o veto. Mas o que pretendíamos, na verdade, não era estabelecer o confronto com o Governador; era buscarmos uma alternativa que pudesse equacionar e contemplar esse segmento tão importante da economia paranaense.

Portanto, Srs. Deputados, quero dividir e repartir esse momento de alegria com todos os Srs. Parlamentares, porque a conquista não é do Deputado Traiano, mas é dessa Casa que dá ao segmento produtivo do Paraná, ao setor do vestuário, uma conquista extraordinária neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns à V. Exa., Deputado Traiano, bem como a todo o setor, em especial ao Governador Requião que atendeu o apelo de todos os Parlamentares. Parabéns à Liderança do Governo, a V. Exa. e a todos os Deputados.

Esta presidência anuncia com satisfação a presença do Prefeito Hugo Berti, Prefeito de Moreira Sales. Seja bem-vindo à Casa.

Próximo orador inscrito, Deputado Artagão Mattos Leão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos visitantes.

Mais uma vez subimos a esta tribuna para falarmos sobre ações desenvolvidas aqui nesta Casa e sobre ações do nosso Governo. De uma forma inicial, registrar o nosso posicionamento com relação àquela que está sendo chamada a PEC da Água. Naturalmente é um assunto que desperta o interesse do povo do Paraná e de todos aqueles que têm interesse num futuro com mais qualidade.

Há pouco conversava com o Deputado Alexandre Curi e discutíamos justamente esse projeto, e abordávamos o tamanho da grandiosidade e do interesse do povo do Paraná nessa questão. Desde já deixamos claro o nosso posicionamento que será favorável a essa PEC, por entendermos ser essa PEC de interesse do povo do estado. É natural que surjam opiniões divergentes, é natural que alguns queiram defender que em determinadas circunstâncias ou situações possa existir excepcionalmente um interesse maior da municipalidade, mas a regra tem que ser analisada dentro de um contexto geral, amplo e irrestrito. A regra não contempla a exceção, a lei contempla a absoluta maioria. E é justamente em função do interesse da maioria, é justamente em função do interesse do povo do Paraná que nós, após analisarmos e estudarmos esta proposta, estaremos manifestando o nosso apoio e assumindo um compromisso favoravelmente também à tramitação da mesma.

Não obstante, queremos falar novamente da Clínica da Mulher e da Criança. Há algum tempo atrás já discorremos aqui sobre este projeto, na minha visão, diferenciado e de tamanho de alcance formidável. Um projeto que tem atendido prioritariamente os menores municípios do estado do Paraná, os municípios com IDH mais baixo, e são os que mais precisam da intervenção do Governo do Estado.

Na última semana, confirmamos outros três municípios que representamos de forma direta na atuação política, na listagem daqueles que serão beneficiados com a Clínica da Mulher e da Criança.

Godoy Moreira, um município pequeno no Vale do Ivaí, com 3 mil eleitores. Um município que suplicava pela reforma e ampliação do posto de saúde. Lá ficavam as pessoas fora, fazendo filas, tendo sol e chuva, e isso é inaceitável. Justamente este município que conseguimos direcionar mais uma das clínicas que estarão sendo projetadas e construídas pelo Governo do Estado.

Temos também Inácio Martins, outro município na extremidade de uma rodovia asfáltica, como dizem, em linguagem popular, no final da linha. Terá agora mais um projeto diferenciado.

Outro município: Laranjal. Se formos analisar ao pé da letra, não daria para dizer que tem ligação asfáltica, por tamanha precariedade que tem aquela ligação. Por ser uma rodovia municipal, já estamos estadualizando, para que o estado possa fazer a manutenção adequada. Lá também será destinada uma Clínica da Mulher e da Criança.

Esses municípios agradecem o Governo do Estado!

Mais uma vez subo a esta tribuna para agradecer o Governo do Estado por este projeto diferenciado. Agradecer a visão que essa administração está tendo, de ações direcionadas aos municípios mais carentes e para a população mais necessitada.

Estamos direcionando os recursos de forma adequada, num projeto que está buscando atendimento à Saúde. O atendimento eficaz na Saúde significa a diferença entre a vida e a morte. E a vida não tem preço.

Por isso, tudo aquilo que fizemos para melhorar a qualidade do atendimento é bem-vindo e o povo do Paraná agradece.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de agradecer os companheiros desta Casa que, na tarde de hoje, assinaram um requerimento de apoio, sugerido por nós, ao Diretor-Presidente da TVE, Sr. Marcos Batista, no sentido que a TVE possa, a partir desta semana, transmitir a fase final dos jogos da 2ª Divisão do futebol profissional do Paraná.

Um pedido das quatro equipes e das torcidas dessas quatro equipes.

Para se ter uma idéia, a de Ponta Grossa é a maior do Paraná nos estados, chegando a um público variável de 5 a 8 mil pessoas por jogos. Houve jogos em Ponta Grossa que tiveram mais pessoas do que no Morumbi, na 2ª Divisão. Às vezes, quando o time joga fora, as pessoas têm dificuldades de assistir. Como o campeonato está muito agitado e embolado recebemos uma solicitação do representante dos quatro clubes, Ponta Grossa Operário, Foz do Iguaçu, Nacional de Rolândia e Francisco Beltrão, no sentido que a TV Educativa do Paraná, que é sintonizada nas parabólicas, nas NETs, na TV aberta, que ela possa transmitir nas quintas e nos domingos os jogos finais dessa 2ª Divisão. Para nossa satisfação a TV Educativa gestionou que isso poderá acontecer na quinta-feira, em respeito a essa divisão de acesso do futebol do estado do Paraná. São mais alguns jogos que faltam para finalizar, que apontarão os classificados para a próxima Divisão Especial, para a primeira do ano que vem. Das quatro equipes sobem duas. É importante que esses jogos possam ser transmitidos valorizando a 2ª Divisão, o jovens de até 24 anos que estão participando.

Agradeço a todos os Deputados que estavam em plenário há pouco, que assinaram favoráveis, da Oposição e Situação, para que a TV Educativa possa transmitir os jogos. Deputado Dobrandino, quando V. Exa. estiver em Foz do Iguaçu, pode assistir jogos do Foz. Todo mundo que tem a parabólica vai poder sintonizar - é a analógica daquelas caixinhas simples. Isso vai para o mundo. A TV Educativa tem uma potência, saindo até do país, e isso divulgará os nossos jogadores e as nossas cidades.

Quero agradecer desde já a TV Educativa e o Governador Requião, que autorizam a transmissão dos jogos. Sendo que as equipes de futebol não cobrarão absolutamente nada da TV Educativa. Estou com um documento aqui para ser protocolado nesta Casa, onde as equipes abrem mão de qualquer que deveria ser pago por arena, para as equipes da 2ª Divisão. Aí, sim, a TV Educativa vai cumprir uma função perfeita, divulgar os jogos da 2ª Divisão, fase final. Parabéns ao nosso Diretor Marcos Batista, que com a sua genialidade e conhecimento de televisão entende que isso dará além de visibilidade às cidades e ao Paraná, também ajudará a divulgar a 2ª Divisão de acesso. De quatro, dois times sobem para a próxima Divisão. Inclusive, com o apoio de V. Exa., Sr. Presidente, que é um grande torcedor do Operário de Ponta Grossa. Qualquer um dos quatro pode subir, todos estão iguais no campeonato.

Deputado Stica, é uma grande alegria recebê-lo aqui. Ficamos felizes em revê-lo.

Um assunto que me traz a esta tribuna ainda hoje, Deputado Romanelli, é o acesso que tive aos documentos que aquele grupo de trabalho protocolou no Palácio Iguaçu, sobre a volta do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. É sempre importante dizer que em momento nenhum o Governador fechou o curso de Medicina em Ponta Grossa. Em momento nenhum acabou com o curso de Medicina em Ponta Grossa. O que o Governador fez foi suspender o curso de Medicina até que se tivessem condições de buscar os novos equipamentos que dizia o Governador que eram necessários naquele momento. Tive acesso aos documentos, a universidade estadual protocolou no dia de ontem àquela Comissão composta por inúmeras pessoas, o seguinte documento:

(Lê):

“A Universidade de Ponta Grossa - UEPG, encaminhou a solicitação para a autorização governamental para o funcionamento do curso de Medicina, através do concurso vestibular no ano de 2008, com suas 40 vagas anuais em período integral, com início do curso no ano letivo de 2009, em conformidade com o projeto pedagógico em anexo, elaborado pela Comissão designada pela Portaria R. nº 179, de 04/07/07, firmada em conjunto com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e constituída pela Portaria R. nº 215, de 03/08/07, incumbida de realizar os estudos de viabilidade para o funcionamento do curso de Medicina na UEPG.

A referida Comissão, constituída de professores médicos da UEPG e de profissionais indicados pela Associação Médica de Ponta Grossa, contou ainda com a consultoria de professor médico da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tendo pautado os trabalhos pela observância dos aspectos legais vigentes e pelas diretrizes curriculares para os cursos de Medicina no âmbito do Ministério de Educação, julgando importante considerar os seguintes pontos favoráveis para a implantação do curso:

a) a construção do hospital regional pelo Governo do Estado do Paraná no *campus* de Uvaranas da UEPG, com previsão de funcionamento para o ano de 2009 e com investimentos previstos de R\$ 30 milhões.

b) a Lei nº 14269, de 23/12/03, que criou na estrutura da Universidade Estadual de Ponta Grossa 884 cargos de docentes e 989 cargos de agentes universitários, dos quais 798 cargos de docentes e 826 cargos de agentes universitários se encontram preenchidos;

c) a conclusão em 2003 e 2004 das obras de ampliação do espaço físico para salas de aula e de readequação de 25 laboratórios do setor de Ciências Biológicas e da Saúde da UEPG, cujos investimentos somaram o valor próximo de R\$ 4 milhões;

d) os investimentos do Conselho Paranaense de Ciências e Tecnologia que aprovou para a UEPG valor superior a R\$ 10 milhões para ampliação de sua estrutura física e aquisição de equipamentos, com cronograma de execução iniciado em 2006 e com conclusão até o ano de 2010;

e) os investimentos do estado do Paraná na melhoria e ampliação do Sistema Público de Saúde da cidade de Ponta Grossa e da região dos campos gerais.

A UEPG solicita, ainda, para o curso de Medicina a autorização governamental para a realização de concurso públicos, observados os limites de vagas já autorizados para a UEPG, para admissão de docentes para o curso de Medicina, num total de até 95 vagas, sendo seis vagas em 2008, sete vagas em 2009; nove vagas em 2010; onze vagas em 2011, 42 vagas em 2012 e 20 vagas em 2013; e concursos públicos para admissão de agentes universitários para o curso de Medicina num total de até 21 vagas, sendo dez vagas em 2008, seis vagas em 2009; quatro vagas em 2010 e uma vaga em 2011.

Solicita que seja incluído nas previsões orçamentárias (2009 em diante) pelas Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Planejamento e Coordenação Geral e da Administração e da Previdência, que providenciem o suporte necessário visando às adequações orçamentárias e financeiras para o cumprimento do cronograma de funcionamento do curso de Medicina da UEPG, que prevê resumidamente o que segue:

a) recursos financeiros cumulativos com pessoal (professores e agentes universitário) de 2009 a 2014 o total de R\$ 6.884.081,61, sendo que em 2009 - R\$ 307.286,50, em 2010 - R\$ 521.031,11, em 2011 - R\$ 817.644,66, em 2012 - R\$ 1.084.293,66, em 2013 - R\$ 1.906.749,55 e em 2014 - R\$ 2.247.076,13;

b) com custeio (material de consumo) o total de R\$ 3.118.170,09 de 2009 a 2014, sendo a média anual de R\$ 519.695,01;

c) com obras e reformas o total de R\$ 866.000,00, lembrando que dos 26 laboratórios necessários para Medicina a UEPG já tem 20 devidamente instalados;

d) com equipamentos o total de R\$ 1.045.223,00, para serem gastos de 2009 a 2011;

e) com acervo bibliográfico e periódicos o total de R\$ 418.000,00 para serem gastos nos seis anos de implantação (média de R\$ 69.666,67 por ano);

f) o total de recursos nos seis anos de implantação perfaz o total de R\$ 12.331.474,69, ficando o dispêndio na média mensal de R\$ 171.270,48.

No que diz respeito à parte legal, lembramos que o curso está suspenso e que a autorização para a oferta de vagas no vestibular e a reserva dos recursos orçamentários e financeiros no orçamento do estado e a autorização para os concursos públicos para a contratação de docentes e agentes universitários é suficiente para o funcionamento do curso de Medicina na UEPG.”

Então, aqui está, Srs. Deputados, senhoras e senhores. O Governador ontem dizia no seu pronunciamento que quando conversávamos com ele, quando ele recebeu este estudo que acabei de fazer em resumo aqui, ele recebeu um estudo amplo, com tudo certinho para reabrir o curso.

E o Governador dizia ontem, eu perguntava para ele, e ele dizia que a partir de agora, o Reitor está aqui neste momento lhe entregando todos os documentos para reabertura, para reavivar o curso de Medicina, e o Governador disse que já temos o maior hospital do Paraná em construção. Vamos agora dimensionar o custo do curso, que o curso tem que contratar os funcionários, médicos, mas pelo que me disse à Secretária Lygia, que já havia falado ao Governador, não há aparentemente nenhum impedimento para que viabilizemos esse projeto. Então, são palavras do Governador. Já falei com a Secretária, não há, aparentemente, nenhum impedimento para que viabilizemos esse projeto.

Perguntei do vestibular deste ano e o Governador disse que é uma questão que tem que ser decidida tecnicamente. Não adianta fazermos uma proposta que bata no Conselho Nacional Federal de Educação. Temos que trabalhar juntos, com a colaboração de todos para conseguirmos viabilizar isso.

E, finalmente, perguntei para ele se ele estava convencido que dá para fazer o vestibular e o Governador respondeu: “Estou convencido que é possível.”

Então, aqui são as palavras do Governador pela primeira vez, Deputado Teruo, o Governador diz: “Estou convencido que é possível reabrir o curso de Medicina.” Importante dizer que em momento nenhum se cancelou o curso de Medicina ou acabou...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

... Portanto, Sr. Presidente, em momento nenhum o Governador fechou o curso de Medicina ou acabou com o curso de Medicina.

Ele suspendeu porque entendia que naquele momento necessitava desses equipamentos, desses recursos e deste estudo que neste momento está pronto.

Então, quando o Governador diz à Secretária Lygia que é para estudar e ela já diz a ele que está pronto, que já deu o seu parecer, claro que depende de apenas um trâmite, Deputado Verri, V. Exa. que foi Secretário do Planejamento do Governador Requião, tem que haver um trâmite desses documentos, mas o Governador diz que aparentemente não há nenhum impedimento para a viabilização desse curso e finaliza dizendo que está convencido que é possível. Nesse documento o Governo do Estado recebeu o pedido oficial dessa Comissão nomeada, que levantou todos os aspectos, financeiro, técnicos, questão educacional. Não precisa de aprovação do Conselho. Eu mesmo tinha uma dúvida e hoje perguntei ao Reitor se precisava de aprovação do Conselho e ele disse que não porque já existe uma aprovação. O que o Conselho exige hoje é que se tenha um hospital universitário pronto e nosso hospital está praticamente pronto!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador tem tudo nas mãos para assinar e determinar, através de um decreto, a realização do vestibular. Ele diz aqui que pela primeira vez concorda, ele nunca tinha dito, ele nunca concordou enquanto não estivessem cumpridas essas formalidades, esses recursos, esses equipamentos. Então, a partir de agora, o Governo tem nas mãos as condições de se quiser, amanhã, autorizar a volta do curso de Medicina, amanhã, semana que vem, mês que vem. É claro que é preciso tramitar alguns documentos, quem já foi Prefeito aqui sabe isso, e quando tramitarem estes documentos o Governador vai determinar que ainda este ano aconteça a tão esperada volta do curso de Medicina.

Com o aparte o Deputado Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Jocelito, primeiro queria falar a respeito do requerimento e parabenizar inclusive o seu requerimento que assinei. É importante realmente a TV Educativa prestar serviço ao povo do Paraná, é importante deixar um pouco de fazer campanha política na TV que é do povo e fazer transmissões importantes para os nossos cidadãos.

Agora, com relação ao segundo assunto, sobre o curso de Medicina, ontem praticamente foi lançado oficialmente, inclusive com a previsão para o vestibular ainda para este ano, 2008, e no ano que vem teríamos novamente o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa. O senhor ficou extremamente convencido de que o Governador realmente vai trazer o curso de Medicina novamente para Ponta Grossa no ano que vem? Ele gravou isso? “Nós vamos voltar o curso de Medicina para o ano que vem.” Ele fez essa gravação ou apenas ele acenou ou simplesmente fez uma brincadeira, porque o Governador é muito brincalhão!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço seu aparte, Deputado. Realmente o Governador é um homem de brincadeira, não aceita pressão, ele gosta de brincar, mas tem uma coisa na brincadeira dele que é séria: ele foi o único Governador que construiu um hospital na cidade de Ponta Grossa e V. Exa. já viu que está saindo. E o Governador diz aqui e são palavras de um homem que está no 3º mandato de Governador, V. Exa. é radialista, bacharel e pode analisar se são palavras afirmativas ou não. O Governador diz: “Não há aparentemente nenhum impedimento para que viabilizemos este projeto.” E a última palavra do Governador que acho que até o Sr. Dominginhos, lá de Itaiacoca que é um filósofo muito requisitado, eu não conheço muito esses filósofos internacionais aí, eu conheço o Sr. Dominginhos, um senhor que não tem estudo, mas é matreiro, ele entenderia isso aqui: “Estou convencido que é possível.” Acho que até uma criança com pouca idade entenderia que a palavra está dada!

Vamos ter o curso de Medicina, está tudo nas mãos da Secretária Lygia.

Deputado Verri, V. Exa. é planejador, sabe que tem o trâmite de algumas coisas, o Governador nomeou uma Comissão. A Comissão levantou tudo. Comissão séria, gabaritada, de professores e médicos de Ponta Grossa, do Conselho de Medicina de Ponta Grossa. Foram buscar um parecer no Rio de Janeiro, de um Conselho também. Tudo isso está num documento, com custo, de quanto vai custar à faculdade de Medicina a partir de agora em Ponta Grossa. Todos os aspectos técnicos. Entregou à Secretária Lygia, que rapidamente olhou e disse ao Governador: “Tudo está de acordo com a lei.”

Não precisa de Conselho, não precisa nada, é só o Governador autorizar, porque ele não fechou, ele apenas suspendeu o curso de Medicina em Ponta Grossa. Ele está de acordo com os parâmetros do que determina o Ministério da Educação.

Claro que o Governador despachou para a Secretária, que vai dar o despacho, volta para o Requião. Ele vai determinar a volta do curso de Medicina em Ponta Grossa.

Acho que é mais uma grande vitória de todos nós de Ponta Grossa. Uma vitória de todo mundo que gosta da cidade, das pessoas que sabem que o Requião, criticamos muitas vezes. Eu o critico quando acho que comete alguns exageros, acho que é uma coisa que temos nessa nossa lida de radialista. Mas tem que elogiar as coisas boas. Como é que não vou elogiar um Governador que dá à Ponta Grossa, por exemplo, amanhã vai inaugurar uma rodoviária, por mais que o dinheiro seja emprestado, o empréstimo permitido à cidade permite que tenhamos, a partir de amanhã, nova rodoviária, construída pelo Prefeito do PSDB. Como é que podemos falar mal de um Governador que está construindo um sonho de todos nós dos campos gerais, que era motivo de ciúme de nós de Maringá, Londrina, Cascavel? É verdade! Tínhamos ciúmes de vocês, porque vocês, há muitos anos, têm um curso de Medicina. Mas, por que Cascavel teve o curso de Medicina? Porque lá teve um Governador que se tornou Governador e depois foi lá e fez o curso. Lá em Londrina não deve ser diferente. E Ponta Grossa, o nosso desejo era ter esse hospital, que era o desejo de todos nós, uma região tão profunda, tão grande e, que muitas vezes a Prefeitura de Ponta Grossa banca a região. O Deputado Péricles já foi Prefeito e sabe quanto custa isso. Então, só temos que elogiar.

Essa atitude, o Governo está na mão dele agora, só determinar o dia, todos os documentos estão na mão. Estou aqui subindo na tribuna, para dizer com alegria: está tudo pronto.

Vou finalizar com as palavras do advogado e jornalista Roberto Requião: “Não há, aparentemente, nenhum impedimento para que viabilizemos esse projeto.” “O senhor está convencido que dá para fazer o vestibular esse ano?” E finalizou o Requião: “Eu estou convencido que é possível.”

Pronto, fora isso eu encerro dizendo, mais uma vitória do povo de Ponta Grossa, dos campos gerais e do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, por apenas cinco minutos, por solicitação do próprio Deputado Luiz Claudio Romanelli. Queria solicitar à Deputada Cida Borghetti que pudesse presidir a Sessão por alguns minutos para poder atender aqui.

Com a palavra o Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Obrigado, Sr. Presidente. Não quero me alongar, até porque hoje vamos discutir aqui, no momento próprio, a PEC da Água.

Mas, não posso deixar um tema, queria chamar a atenção do Deputado Elio Rusch, de V. Exa. especialmente, queria que V. Exa. ouvisse o que vou falar, porque tenho ouvido coisas aqui nesta Casa, quero que V. Exa. tome nota de alguns dados que vou fornecer aqui, se V. Exa. me permitir fazê-lo, como tal. Recebi, hoje, pelo e-mail do meu gabinete, uma coisa muito interessante. E a pessoa ainda escreveu assim: “Bom-dia, Roma. E o Rossoni e o Elio”. Está escrito aqui: “Ainda dizem, ainda com discurso, que perdemos cargas para Itajaí”.

Qual é o tema, na verdade? Porto de Itajaí preocupado com perda de cargas. A tônica da reunião do Conselho de Autoridade Portuária de Itajaí foi buscar formas para retomar o crescimento na movimentação. Em maio, o terminal itajaiense movimentou 25 mil contêineres, 11 mil a menos do que em agosto de 2007. Prognóstico para junho aponta para uma queda ainda maior. O Conselho de Autoridade Portuária acaba de formar um grupo de trabalho especial, com a missão de buscar formas para retomar o crescimento na movimentação de contêineres do porto de Itajaí. A queda dos trabalhos foi alertada pelo órgão gestor de mão-de-obra, em reunião do Conselho desta última sexta-feira, dia 13 de junho. Em uma reunião pública.

Imaginem o tamanho do problema. Qual é a perspectiva que eles têm, Deputado? Que vão perder ainda mais. Já perderam 11 mil contêineres e estão prevendo que a situação, considerando a média das unidades movimentadas nos primeiros de dias do mês de junho, é que a situação vai piorar ainda mais, ou seja, no máximo com 20 mil contêineres. E alerta ao Diretor do órgão gestor de mão-de-obra. E se isto acontecer, não teremos dinheiro para pagar as contas, disse. E ainda ocorrerá uma queda automática na remuneração do trabalhador e no poder aquisitivo de toda a cidade.

Isto é para comemorar? Não. Claro que não. É motivo de preocupação, pelos trabalhadores e para com o povo catarinense. Ministério da Agricultura, o interessante, na verdade, é que também aqui, neste documento, eles alertam que estão perdendo cargas para outros portos e para Navegantes, que é outro porto em Santa Catarina.

O interessante que eles constatarem aqui é a falta de competência administrativa do terminal, porque eles estão com o porto lotado. “Ainda que consigamos elevar o número de contêineres, teremos que achar a fórmula certa entre o volume de mercadorias movimentadas e produtividade”.

O interessante é que, a título de comparação, enquanto o porto de Itajaí no mês de maio fez 25 mil TEUS, é a expressão, que são os contêineres de 20 pés, com quatro pesos, o porto de Paranaguá com 2/3, metade, fez 35 mil 111 TEUS, ou seja, 35 mil contêineres no mesmo mês. No acumulado do ano já são 229 mil, 689 TEUS.

Quero dizer a V. Exas. que gostam tanto de dar as más notícias, que não gosto de ler a má notícia do porto de Itajaí. Mas, quando V. Exas. vão à tribuna, o Deputado Elio Rusch, o nobre Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, à tribuna e ficam falando de Itajaí como exemplo, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. inclusive um dia entrou nesse discurso fácil de Itajaí, de produtividade. Olhem aqui o exemplo: o exemplo é a Audiência Pública.

Então, entendo que, primeiro, claro, não dá para compararmos Paranaguá com Itajaí, e tenho dito isso sempre, porque são portos completamente diferentes, eles têm profundidades diferentes - em Itajaí, na verdade, é um rio que adentra ao oceano e que cria o porto de Itajaí. Mas, o interessante é que essa questão que envolve a produtividade é seguramente o que mais chama a atenção, porque com dois berços você movimentar 35 mil contêineres e com quatro berços você movimentar apenas 25 mil demonstra o quê? Incompetência na gestão. E é aquilo que tenho falado em relação a Paranaguá, que basta visitar o terminal de contêineres em Paranaguá para ver a organização, a disciplina e a logística do terminal.

Entendo que, claro, temos problemas. Sim, mas em termos de produtividade, reconheçamos que quem está preocupado é o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Itajaí, que fez Audiência Pública para constatar a baixa produtividade. E mais, a preocupação, porque além da questão da produtividade, eles também estão preocupados, porque muitas operações estão migrando para outros portos por falta de infra-estrutura, especialmente de carne congelada. E olhem que diz que o alerta acabou reforçado pelo representante da Sadia, que V. Exas. sabem que está cada vez mais operando com o porto de Paranaguá. E o que diz aqui o Osvaldo Carvalho Filho? Segundo ele, a empresa movimentou 15 mil toneladas de carne congelada pelo terminal itajaense em abril, exatamente a metade das 30 mil que já movimentou por ali.

Então, minha gente, vamos falar da nossa cidade, do nosso estado. Quero dizer que às vezes fico preocupado quando verificamos, muitas vezes, que nós paranaenses, de uma forma bem ampla, quando alguém fala mal de Curitiba, fala mal do Paraná, fala mal de Colombo, sinto-me agredido e acho que temos um problema gravíssimo no estado do Paraná, que é a autofagia, que é histórica, pois não valorizamos as coisas que são positivas no

nosso estado e temos que tomar cuidado com isso, porque este aqui é o exemplo que muitas vezes um discurso mal formulado acaba induzindo as pessoas ao erro, basta vermos este exemplo aqui.

Concedo um aparte ao nobre Deputado, Líder da Oposição, Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, estou licenciado por alguns dias e o Deputado Elio Rusch, com competência, vem desempenhando esse papel. Mas, vejo V. Exa. muito preocupado com o porto de Santa Catarina e é uma preocupação pertinente, mas acredito que esse e-mail que V. Exa. recebeu... é um e-mail?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está na internet. V. Exa. pode procurar na internet.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Até para fazer uma provocação, para que o debate fique mais quente, deve ter sido alguém que deve ter um cargo de confiança no porto de Paranaguá, porque quando ele faz referência a mim e ao Deputado Elio Rusch, é porque nós contestamos a administração do porto pela inoperância, pela incompetência, pela forma com que é dirigido, a falta de responsabilidade na questão da dragagem do porto, na questão do silão, na questão do investimento do terminal alcoleiro, que investiram 14 milhões, Deputado Romanelli, e aí não é apropriado para o álcool que temos no Paraná, e agora fizeram mais uma reforma. Não funcionou o terminal de álcool também, gastaram mais dinheiro público, não funcionou o terminal de álcool.

Esse debate é caloroso, gostoso e bom, mas temos que nos preocupar com o porto de Paranaguá, porque se não cuidarmos de casa não adianta cuidarmos da casa do vizinho.

Agradeço o aparte tão respeitoso e tão cordial que V. Exa. me concedeu.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sinceramente esperava mais de V. Exa., esperava que V. Exa. estivesse parabenizando a gestão do porto de Paranaguá, que era o mínimo, depois das críticas que V. Exa. fez daquela tribuna comparando Paranaguá com Itajaí, Deputado Rossoni, era o mínimo que V. Exa. poderia fazer. E pode reduzir em mais quatro metros ainda a profundidade do porto de Paranaguá, que os navios terão o calado maior em Paranaguá do que no lagoão, que é o porto de Itajaí.

O fato concreto é o seguinte: para poder depreciar, falar mal é fácil; agora eu quero aqui publicamente parabenizar a gestão competente da APPA, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, isso está demonstrando competência, produtividade, a logística está correta, está apropriada, e Paranaguá é um porto público que dá exemplo. E vamos também fazer o porto público de

Pontal do Paraná, não vamos dar para o setor privado, não, vamos fazer público, claro, sempre com as boas parcerias com o setor privado, mas de forma competente. Não vamos entregar o patrimônio público nas mãos privadas, como aliás muita gente quer fazer com a água - aqui hoje estão saneparianos que vieram assistir a votação em 2º turno de uma PEC fundamental para manter a qualidade, a eficiência e essa fantástica Companhia de Saneamento que temos no Paraná que é a SANEPAR. Por isso que o que é público, Deputado Rossoni, sempre é muito bom, porque é feito de forma transparente e a favor, é claro, de toda a sociedade.

Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Horário das Lideranças

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Antes porém, esta Casa registra e agradece a presença das Lideranças da cidade de Umuarama, o Hermes Pimentel, do Conjunto Arco-Íris, bem como o Sr. Jair Gonçalves, o popular Borracha, Liderança do Jardim Industrial. Sejam todos bem-vindos.

PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pelo que sinto, no Paraná só pode ter uma voz, a voz da Exa., o Sr. Governador. Se alguém discordar, aí daquele. Quero dizer, Deputado Romanelli, quando V. Exa. entusiasticamente cita aqui os problemas do porto de Santa Catarina, não vi essa mesma preocupação em muitos setores do Governo quando foram levantadas aqui as questões. Já fiz essa proposta a V. Exa., por que não fazemos uma investigação, um estudo, uma auditoria no porto de Paranaguá? Para que essa conclusão que V. Exa. chega de aplaudir a direção do porto, pudéssemos dizer numa auditoria. Porque está aqui, as notícias do final de semana mostram que o porto de Paranaguá perdeu o primeiro lugar, e não sou eu que estou dizendo, não imputem ao Deputado Rossoni, imputem a leitura que fiz nos jornais de circulação nacional.

O porto de Paranaguá era o maior exportador de graneleiros. Sabe quem é o primeiro hoje? Santos. Por que esse resultado? Por que a Oposição está criticando aqui os problemas do porto de Paranaguá? Não. Mas deve ter algo de errado no porto, porque somos grandes produtores, somos o corredor do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso para exportar os grãos desse país. E o que está acontecendo? Está indo para o porto de Santos. Ou será que os jornais estão equivocados? Eles têm dados de todos os portos brasileiros.

Agora, como é que vou aplaudir a direção do porto de Paranaguá? O terminal alcooleiro foi construído, gasto 14 milhões. E, quando foram colocar o álcool dentro do terminal, não colocaram porque poderia derreter. Porque o material usado não é para o álcool que nós, paranaenses, produzimos. Aí a Oposição veio aqui, apontou. O Governador Roberto Requião foi lá e inaugurou. Apontamos o erro e disseram que era factóide da Oposição. O que aconteceu? Há 30 dias iniciaram uma reforma de algo novo. Começaram uma reforma para adaptar o terminal alcooleiro. Gastaram mais alguns milhões. Estou a procura de ver o quanto gastaram, mas ainda não tenho o suficiente.

Fizeram a reforma do novo, gastaram mais em cima do novo. E sabe o que aconteceu ao terminal de álcool? Não funcionou.

Aí é culpa do Deputado Elio Rusch, que não soube escolher o material para construir o terminal de álcool em Paranaguá. É culpa do Deputado Valdir Rossoni, que não soube, tecnicamente, escolher o que deveria ser usado para o terminal de álcool.

Outra culpa é a questão do Canal da Galheta. O canal tem 200m de largura. Hoje ele está com 90m.

Um navio médio tem 35m de largura. Cada lado, um navio tem que ter, 70m para cada lado. Somando dá 140, com mais 35m, dá 175m que é necessário para que o navio chegue no porto de Paranaguá. Quantos metros tem o Canal da Galheta? Tem 90m.

Deputado Elio Rusch, porque V. Exa. foi colocar areia lá no Canal da Galheta?

Aí eles querem que aplaudamos aqui, mas minha mão não consegue, porque ela está segura pela verdade. O calado do porto de Paranaguá para funcionar precisa ter 15m. Hoje está com 10,29m. Não são números exatos. Cada 33cm que diminui o Canal da Galheta e que vem diminuindo nos últimos cinco anos, a cada período que é feito o levantamento pela Capitania dos Portos, são duas mil toneladas que o navio carrega a menos.

Outro dia colocaram no jornal - é fantástico, quem pode, pode, quem não pode, reclama - que o porto de Paranaguá recebeu o maior navio do mundo. Recebeu vazio. Sabem como o navio saiu do Canal da Galheta? Não carregou nem a metade, porque não sabia sair do porto, não podia carregar o maior navio do mundo. Cada 33cm que diminui o calado e vem diminuindo nos últimos quatro anos, são duas mil toneladas cada navio. Vamos fazer uma conta didaticamente: uma carreta carrega quantas toneladas, Deputado Elio Rusch? Quarenta mil quilos. Para duas mil toneladas dá 120 carretas, que é carregado a menos no navio, por inoperância e incompetência de quem? Dos Deputados Elio Rusch e Valdir Rossoni, que foram lá e colocaram areia no calado do porto de Paranaguá.

Gostaria de descer agora ao porto de Paranaguá e entrar no silão. Na última vez que fui lá, aqueles correões onde passa a soja, quem é do interior, lembram daqueles galinheiros antigos? É o silão de Paranaguá. Sabem

por quê? Entramos lá, tinha pombos mortos em cima dos correões, fezes dos pombos, milhares de pombos dentro do silão. E é culpa dos Deputado Elio Rusch e do Valdir Rossoni, que levaram esses pombos para lá e não cuidaram da higiene do silão do porto de Paranaguá.

Com toda essa culpa, concedo um aparte ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que foi elegante comigo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Houve um tempo no Governo anterior, V. Exa. sabe que o porto de Paranaguá exportava areia, pedra, umidade excessiva, isso acabou. E sabe mais, que o Canal da Galheta tem 200m e não 90m. V. Exa. ouviu o Dr. Franz falar sobre isso.

Deputado Valdir Rossoni, o porto de Paranaguá foi responsável por 7,7% da receita cambial, exportou esse ano mais de 10 milhões de toneladas. V. Exa. fala tanto de fertilizante. Hoje é terça-feira e estão sendo descarregados três navios, 100 mil toneladas de fertilizantes. A importação de fertilizantes que foi 1 bilhão no ano passado, esse ano, cresceu 67%.

Lamento que V. Exa. tenha me concedido aparte bem quando estava terminando o seu tempo. A exportação de carnes lidera a lista de janeiro a maio de 2008, foi mais de 1 bilhão gerados com crescimento de 39% em relação ao mesmo período de 2007. V. Exa. tem que reconhecer que o porto tem vitalidade, competitividade e produtividade. Essa sua preocupação com os pombos, acho que é legítima, mas sinceramente temos que ver os grandes números do porto. É isso que interessa para a balança comercial brasileira, da qual Paranaguá respondeu com US\$ 5 bilhões e 600 milhões, no 1º quadrimestre deste ano. Os números são públicos, são da Receita Federal, não são meus.

Obrigado.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. VALDIR ROSSONI

Faço uso do horário da Oposição.

(Assentimento, por 10 minutos)

Louvar o esforço que V. Exa. faz. Nem falei de fertilizantes. Falei dos problemas mais graves do porto. Não entrei na questão da carne, dos fertilizantes, que esse é outro problema. Não entrei na questão que faz quatro anos que prometeram ampliar o porto e não foi ampliado. Solta-ram foguetes, festa junina e o porto está lá do mesmo jeito.

Estive ontem em Paranaguá e, conversando, um dos últimos Superintendentes do porto, que o Secretário foi o Presidente Nelson Justus, da Secretaria dos Transportes, foi o Dr. Ozires Guimarães. Ele é um homem muito competente, mas não é simpático, como eu também não me acho simpático. Sou italiano, cheio de defeitos, mas também não simpático. Os servidores do porto de Paranaguá estão com uma saudade imensa da seriedade do Dr. Ozires.

E se V. Exa. colocar um boné, um óculos escuro, tirar essa característica de Romanelli, que acho simpática, mas se descaracterizar e for a Paranaguá ouvir as pessoas, V. Exa. irá voltar com outro discurso.

Quando V. Exa. afirma que o Canal da Galheta tem 200m, não. Vamos usar o tempo certo: tinha 200m. Hoje tem 90. O restante está assoreando e há a necessidade de um trabalho no porto. Faz cinco anos que o argumento do Superintendente do porto é que ele não encontra formas de dragar o Canal da Galheta.

É importante ressaltar: Deputado Romanelli, o dia que o porto estiver nos parâmetros de saúde exigidos pela ANVISA; o dia que o porto estiver com o calado em 15m e com a largura do Canal da Galheta em 200m; o dia que consertarem o grande equívoco, que é um engenheiro não saber qual o tipo de telhado que tem que colocar, que é o caso do terminal! Como é que se constrói um terminal de álcool que não pode ser o álcool que é produzido pelos paranaenses? É uma coisa insana!

Então, Deputado Romanelli, ainda quero voltar a esta tribuna para atender o seu pedido: aplaudir. Mas, há só uma maneira de aplaudir. Não há como essa direção do porto permanecer lá. E tenho dificuldades de falar da Superintendência do porto, porque mexe com o irmão do Governador. E eu não gosto de tratar essas questões familiares. Mas o Governador terá que fazer um grande sacrifício, tirar o seu irmão do porto de Paranaguá, mandá-lo para Miami se possível, tirar umas boas férias e deixar alguém que entenda de porto, porque certamente são corrigíveis. E aí quero dizer, a hora que corrigirem todos esses equívocos que há na direção do porto, na administração do porto, a hora em que o porto de Paranaguá recuperar o 1º lugar do ranking de exportador de grãos do país, vou vir nesta tribuna e aplaudir. Aplaudir o Governador, V. Exa., a todos aqueles que fizeram bom trabalho.

Hoje há iminência de um desastre no porto, do encalhamento de um navio. E pedi para os práticos, para aquele auditor que esteve aqui: qual o risco hoje de encalhar um navio no Canal da Galheta? De zero a 10? Os práticos que colocam o navio no porto falaram: nove. Achei que eles exageraram, até por interesse próprio.

Veio aqui o auditor, que é um dos homens que mais entendem de porto, fiz a mesma pergunta: de zero a 10, qual a possibilidade do encalhamento de um navio, de zero a 10? Nove. Todos confirmam isto. E nós não vemos. Aí o Governador, na “escolinha”, anunciou um dia a salvação do porto: “Vou comprar uma draga para resolver o problema da dragagem”. Já faz um ano, até mais de um ano. Aí fizemos a pergunta ao Diretor do porto, Deputado Romanelli, V. Exa. tremeu na base naquele dia. Naquele dia estava aqui o Diretor do porto nomeado pelo Governador Requião, que goza de confiança do Governador, porque ele usa, ele está no cargo nomeado pelo Governador, e fizemos a seguinte pergunta: se comprar a draga, resolve o problema do porto? Qual foi a resposta? “Não, a draga é para manutenção, para depois dragarem o Canal da Galheta”.

Aí eu fiz a segunda pergunta: mas há pessoas entendidas no porto que dizem que está na iminência de um encalhamento de um navio. Precisamos fazer um trabalho rápido. Quanto tempo leva para comprar essa draga, para nacionalizar essa draga, para treinar os trabalhadores e para colocar em funcionamento? Aí deve ter assustado V. Exa.: um ano. E não foi o Deputado Rossoni que disse, não foi o Deputado Elio Rusch que disse. Quem disse? O Diretor do porto de Paranaguá, nomeado pelo Governador. Ele jamais diria isso, porque, na verdade, ele foi contra o que o Governador tinha tornado público. Isto me preocupou.

Eu não iria falar sobre porto hoje, até porque estou numas férias da Liderança da Oposição, e está sendo comandada pelo Deputado Elio Rusch, mas, Deputado Romanelli, tenho uma vontade enorme de aplaudir tudo que é bom dos paranaenses, mas para aplaudir o porto de Paranaguá só tem um jeito: ou manda embora quem está dirigindo, ou senão não há solução.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, ouço com muita atenção o seu pronunciamento e o porto de Paranaguá já foi motivo de manchete em todos os jornais do nosso estado e motivo de preocupação, principalmente por parte das empresas importadoras e exportadoras.

V. Exa., com muita propriedade, falou sobre o Canal da Galheta, V. Exa. falou sobre a largura e a profundidade. V. Exa. só esqueceu de falar de uma coisa, Deputado Rossoni: a sinalização do porto. A sinalização do porto que foi proibida a navegação no período noturno, talvez também por culpa de V. Exa. Deputado Plauto, Deputado Elio Rusch. Acho que todos nós somos culpados.

Encerro dizendo o seguinte: me lembro de uma história, Deputado Rossoni, quando cobramos dos nossos filhos no final do bimestre o boletim e vemos as notas. Aí você olha para o teu filho e diz: mas, filho, só seis? Ele diz o seguinte: “mas, pai, o meu coleguinha tirou cinco, é menos”. Aí eu digo: mas dá uma olhada no outro teu colega que tirou sete, oito, 10.

E o Romanelli parece que é desta forma. Está ruim em São Francisco, ele vibra pelo baixo desempenho, mas ele não olha para os outros portos de São Paulo, não olha para os outros portos, de São Francisco, que tiveram um crescimento muito grande.

Parabéns e obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço e gostaria, Deputado Rangel, estou encerrando o meu pronunciamento, não há mais como lhe conceder aparte, nem ao Deputado Romanelli, o Deputado Rangel também tinha pedido aparte, eu peço desculpas, mas, Deputado Romanelli, e o Diretor do porto que sumiu com 4 mil e 500 toneladas de farelo de soja lá do porto de Paranaguá, por escrito. Quem fez o

levantamento no silão onde está o farelo, comunicou ao Diretor do porto que sumiu, desapareceram 4 mil e 500 toneladas de farelo de soja. Será que foram os pombos que comeram? Onde foi o farelo?

Aí o que aconteceu? O cidadão denunciou o sumiço, porque se fosse um caminhão, 100 caminhões, 100 carretas, tudo bem, mas são 4 mil e 500 toneladas de farelo que sumiram do porto de Paranaguá...

(Término do tempo)

Para concluir, Sra. Presidente, sumiram 4 mil e 500 toneladas de soja. Aí o que aconteceu? Não foram em busca de onde está o desvio. Sabem quem pagou a conta? O cara está lá na balança e que comunicou: “Está faltando 4 mil 500 toneladas de soja, não sei onde foi.” O que fizeram com ele? Mandaram embora!

Então é o seguinte: não se cura pulga, eu falei outro dia, se mata o cachorro. Não há como resolver os problemas se não atacarmos os problemas do porto de Paranaguá de frente! Por isso, Deputado Romanelli, vai levar muito tempo para eu aplaudir o porto de Paranaguá.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito no horário do PMDB, Deputado Teruo Kato.

Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato

O SR. TERUO KATO

Sra. Presidente Cida Borghetti, Sr. 1º Secretário Dr. Batista, Sra. 2º Secretária Deputada Beti Pavin, Sras. e Sras. Deputados.

Venho a esta tribuna, Deputado Romanelli, também para fazer justiça e falar um pouquinho dos resultados alcançados na área da Educação e reconhecer o trabalho que está sendo feito aqui no estado do Paraná e que resultou no melhor IDEB do Brasil. O estado do Paraná, que tinha o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 4,6 nas séries iniciais, passou agora, em 2007, para o índice, 5 sendo portanto o estado com o melhor IDEB do Brasil. Nas séries finais passou de 3,6 para 4,2 e no ensino médio de 3,6 para 4.

Estivemos na semana passada numa entrevista coletiva, onde tivemos a oportunidade de ouvir o pronunciamento do professor Romeu, que é Presidente do Conselho Estadual de Educação, onde ele destacou de extrema importância, no estado do Paraná, a implementação do livro didático público que está dando condições para que, principalmente os alunos mais pobres, possam continuar frequentando as escolas. Muitos deles desistiam de ir para a escola porque não tinham condições de comprar os seus livros para poder frequentar as aulas. Portanto, uma grande iniciativa do Governo do Estado, que contribuiu para que pudéssemos melhorar a Educação em nosso estado.

O professor Lemos, da APP-Sindicato, destacou como relevante aqui no nosso estado o concurso público, onde vários professores foram efetivados. E o Secretário Maurício Requião destacou o comprometimento dos professores, Diretores de escolas, pais de alunos e os próprios alunos que participaram dessa avaliação. Portanto, embora muitas vezes a mídia não dê o devido destaque, considero que estes indicadores são de extrema importância, porque mostram que o Brasil e principalmente o Paraná caminham firmemente para que, através da Educação, possamos transformar esse nosso estado, em nosso país.

Aproveitando todo esse clima envolvendo a Educação, onde o Brasil realmente está demonstrando que coloca a Educação na sua pauta de prioridade, numa entrevista à revista *Veja*, uma pesquisadora de uma consultoria americana fez um trabalho de estar avaliando as boas práticas que acontecem no mundo e que têm feito com que a Educação possa melhorar em vários países. Hoje, nós todos sabemos que os países que se destacam na educação básica, principalmente como países de ponta, são a Coreia do Sul, a Finlândia e a Cingapura.

Portanto, nessa pesquisa feita pela egípcia Mona Morched, ela na entrevista à *Veja*, coloca algumas medidas testadas nesses países, que efetivamente dão resultados e muitas vezes não exigem tantos recursos, como muita gente imagina. Gostaria de relatar aqui quais os pontos importantes já testados nesses países.

Primeiro, a escolha dos melhores alunos para serem professores. Nesses países foi constatado que o que o mais influencia a qualidade de ensino é o nível dos professores. Daí a importância, sem dúvida, que se recrute aqueles alunos mais talentosos.

Na Coreia e na Finlândia, eles criaram um sistema rigoroso, altamente rigoroso, como de qualquer empresa, para seleção de alunos para que possam ingressar na carreira de professores. Portanto, nesses países somente os 10% dos melhores professores, aqueles que têm as melhores notas é que podem ingressar e sonhar com uma carreira de professor da escola básica.

Em função disso, logicamente que temos aí efeitos muito positivos de não se desperdiçar, por exemplo, tempo e dinheiro na formação de gente sem talento. A qualidade dos cursos logicamente melhora e a carreira de professor passa a ter um outro status.

Outro item importante é o estágio supervisionado. Nesses países, todos os universitários são acompanhados por espécie de tutores, professores experientes, cujo papel é orientar os novatos desde que ele senta para planejar uma aula, até quando corrige uma prova. Então, através desse processo corrige-se eventuais falhas e faz com que esses alunos aprendam, na prática, como dar aula, efetivamente.

Outro item é a valorização da carreira do professor. Logicamente que isso é fundamental. Portanto, em alguns países igualaram o salário inicial com as outras categorias e com isso, logicamente, a carreira de professor passou a ser mais procurada.

Agora efetivamente passou a ter uma procura maior, a partir do momento em que a carreira do professor passou a ter também a possibilidade de ser reconhecido através do mérito. Quer dizer, quem tem maior capacidade passa a ter uma chance de ganhar mais.

Um outro aspecto importante, também, a especialização para os Diretores de escolas. O que está comprovado é que quanto mais eficiente o Diretor, mais o ensino melhora. Por isso, todos estes Diretores de escolas, antes de serem nomeados Diretores de escola, passam por um processo de avaliação e inclusive é exigida uma espécie de MBA, onde ele vai ter noções de gestão, de trabalhar em equipe, de saber estabelecer metas e também cobrar resultados.

O quinto item seria a auditoria na sala de aula, ou seja, efetivamente acompanhar o que está se passando em sala de aula, se estão sendo bem ministradas as aulas ou não.

Finalizando, um outro item seria o currículo pedagógico. Nenhum país conseguiu sucesso sem ter um bom currículo oficial. Portanto, o estabelecimento de um currículo, onde eles saibam os objetivos que têm que alcançar, realmente foi fundamental para que se atingisse resultados positivos.

O último item também avaliado e que na verdade não é nada impossível, é a questão do reforço escolar. Um sistema para que os estudantes que têm dificuldade em aprender, possam ter um reforço escolar e portanto recuperar tudo aquilo que não têm conhecimento, porque quando o aluno repete, a tendência é a de que ele desista de estudar.

Portanto, Presidenta Cida Borghetti, Sras. e Srs. Deputados, os itens colocados são perfeitamente possíveis de serem aplicados, sem muito transtorno, em qualquer escola aqui do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário destinado ao Bloco PPS/PMN, concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. servidores públicos, Sras. e Srs. amigos da imprensa, cidadãos do estado do Paraná.

Subo à tribuna para fazer uma reivindicação, neste momento.

Estamos num ano eleitoral e nos anos eleitorais, principalmente nos meses que antecedem as campanhas, acontece de tudo. Vemos aqui na Assembléia Legislativa que já discursaram falando sobre soluções da Linha Verde, falaram sobre a abertura de crédito, inclusive para a Prefeitura de Curitiba, que o Governo do Estado estará apoiando ações neste sentido, enfim, promessas vimos, e muitas, aqui na Assembléia Legislativa.

Vou aproveitar, já que o Governador está passando por uma fase benevolente, para fazer algumas solicitações, também, de extrema importância, algumas reivindicações da região dos campos gerais, que inclusive tiveram repercussão em todo o estado do Paraná.

O IML da cidade de Ponta Grossa está fechando. O Diretor do IML da região dos campos gerais diz que até o dia 30 o IML vai fechar. Deputada Beti Pavin, são cinco funcionários para atender 30 municípios da região dos campos gerais. A situação do IML é tão catastrófica, é tão caótica, que eles não têm os materiais básicos necessários para o trabalho de exumação ou de necropsia, pois os equipamentos estão todos sucateados e neste momento não existe nenhum tipo de condição técnica para que o IML preste algum serviço para a nossa região e para os 30 municípios dos campos gerais.

O SVO, que é o Serviço de Verificação de Óbito, não existe e os médicos estão pedindo exoneração. E mais, a denúncia vai adiante, dizendo que pessoas estão sendo enterradas sem a verificação de óbito, sem os documentos de *causa mortis*.

Deputado Belinati, no ano passado os Deputados dos campos gerais fizeram uma Audiência Pública com o Dr. Simonetti, apresentamos diversos requerimentos, diversas solicitações aqui na Assembleia Legislativa, cobramos do Governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública ações para que não chegássemos a este estágio. Por diversas vezes fizemos aqui as cobranças, como Parlamentares da Oposição e até mesmo os Deputados da Situação também fizeram as suas cobranças, mas infelizmente não ouvem e nem sequer informações a esta Assembleia Legislativa eles tiveram o prazer de encaminhar.

Portanto, chegamos a um estágio, a um momento extremamente crítico. São cinco funcionários para atender 30 municípios! É essa a real situação do IML dos campos gerais.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Marcelo Rangel, acho que V. Exa. tem que ficar feliz com a exposição da autoridade em falar que não vai ter mais Instituto Médico Legal em Ponta Grossa. Contrário V. Exa. e acho que o senhor deveria estar feliz na tribuna, comemorando, porque se a autoridade quer fechar o Instituto Médico Legal, naturalmente é porque ela deve ter contato com a Mãe Diná ou deve ter recebido algum recado do além que não vai morrer mais ninguém assassinado em Ponta Grossa, não vai morrer mais ninguém em acidente ou alguma morte que precise passar por alguma autópsia, passar pelo Instituto Médico Legal. Tenho impressão que é isso, porque falar que vai fechar o Instituto Médico Legal é uma afronta. Agora, sabe que tem autoridade que pensa assim: "Mas morto não vota". Tem autoridade que não quer perder tempo e nem investir, porque acha que morto não vota. Mas o morto merece respeito e sobretudo a família do morto, na hora em que ocorre a morte de uma pessoa querida na família.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gosto muito dos pronunciamentos do Deputado Belinati, porque de uma forma extremamente simples, popular e carismática ele realmente fala a língua do povo e passa a informação correta. É inacreditável um Diretor, uma autoridade afirmar que nos próximos dias teremos um serviço essencial à população que será fechado!

Deputado Jocelito, gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Marcelo Rangel, para contribuir com vosso pronunciamento, o Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, no passado, V. Exa. que nasceu em Ponta Grossa sabe, era na esquina da Santa Catarina e era terrível. Eu cheguei em Ponta Grossa e vivi essa era e V. Exa. sabe quem fez o novo IML em Ponta Grossa, aquele prédio. Claro que precisa mais médicos, agora estão sendo contratados novos médicos, o concurso está sendo aberto, novos profissionais, novos equipamentos e no IML de Ponta Grossa, com todas as suas dificuldades, com todos os seus problemas, os profissionais fazem um trabalho, às vezes, fora do normal e conseguem manter até aquilo que, às vezes, ninguém conseguiria. Portanto, eles são heróis. Mas isso, aos poucos, está sendo resolvido.

Quanto a questão do serviço de verificação de óbitos, não compete ao Governo Estadual e sim ao Governo Municipal criar. E sempre foi uma reivindicação, deve ser criado, porque muitas vezes o corpo vai ao IML e não deve ir ao IML porque é uma morte natural e que acaba perdendo-se tempo no IML. Fica aqui uma sugestão para que o atual Prefeito, quem sabe o próximo Prefeito, possa criar esse serviço para que, definitivamente, acabe esse problema da questão da morte que é natural e a morte não natural. Mas acho que V. Exa. tem razão em algumas coisas, acho que com esse concurso que está sendo realizado isso vai ser resolvido. Sem contar que temos um problema grave com o Dr. Simonetti, ele é um guerreiro, ele é médico da família, ele deveria estar num posto de saúde atendendo oito horas por dias, e está de Chefe do IML de Ponta Grossa. É um herói danado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço o Deputado. Realmente o Dr. Simonetti é um guerreiro, é um herói. Para trabalhar com as condições técnicas que ele trabalho no IML dos campos gerais é realmente inacreditável, Dr. Batista. O senhor que trabalha nessa área de Saúde, o senhor sabe que se não existe um microscópio, se não existem equipamentos básicos para fazer uma necropsia, é inacreditável! E só me preocupa a questão de fazer concursos e todo o trâmite burocrático, porque não temos tempo, em 30 dias o IML vai fechar se continuar dessa maneira. Precisamos, com urgência, resolver essa questão através da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. vai no cerne da questão. Quero aqui corroborar com o pronunciamento de V. Exa. e dizer que Ponta Grossa não é um caso isolado que está acontecendo nos campos gerais. Quero dizer que na minha região, no meu município de Guarapuava também sofremos com a carência de material humano, de profissionais, de médicos para atender a população, para atender as famílias num momento de dor que é o momento de uma perda de um ente querido. Não estou aqui, de forma alguma, tirando o mérito de todos os profissionais que têm se esforçado de uma forma quase que heróica para fazer o serviço para atender a população, mas para alertar o Governo do Estado que precisamos de mais médicos, que precisamos de mais profissionais.

Tem o meu apoio e podemos aqui nesta Casa levantar um movimento para que possamos defender a contratação de técnicos, de médicos e aparelhamento nos IMLs do estado do Paraná. Não é um caso isolado.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quería agradecer e dizer que a sua proposta é muito interessante e boa. Mas o que precisamos é lutar. Estamos lutando ali na região centro-sul para conseguirmos mais um IML, e que é de suma importância, porque as pessoas hoje vão todas praticamente a Ponta Grossa, e de regiões distantes como União da Vitória acabam vindo a Curitiba.

Então, acho que escutando o seu pronunciamento e do Deputado Ribas Carli, precisamos criar outros, e temos algumas propostas, são interessantes, e acho que a sua discussão é muito importante para melhorar inclusive o de Ponta Grossa, que supre Irati e a região, mas criarmos mais IMLs em outros centros, que daí acho que nós desafogariamos. E se nós todos tivermos uma união entre todos os Deputados, acho que poderemos fazer isso.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado, Deputado Felipe Lucas. Muito obrigada, Presidenta Cida Borghetti.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderia me furtar de usar esse horário, principalmente porque temos hoje o ex-Deputado Hermes da

Fonseca, o ex-Deputado Natálio Stica e toda a família SANEPAR.

Quero falar sobre a PEC 21, colocada, por muitos Deputados, como a PEC da Água. Mas não é só da água. É da água e do saneamento básico.

Primeiramente, gostaria de dizer que votarei favorável a PEC 21, porque sei que aquele termo, preferencialmente, deixará muito solta a lei e precisamos trabalhar de forma que fortaleçamos a nossa SANEPAR e façamos com que ela cumpra o seu papel.

Eu resido em Araucária. Mais de uma vez chamei a atenção de todos aqui para a riqueza da minha cidade. Em Araucária temos uma cobertura de saneamento básico que não chega a 30%. E ainda temos os ralfes (sic) que não chega a 50%. Um ralfe (sic) é um sistema semelhante às fossas sépticas.

Isso não é diferente do que temos aí fora. Temos Colombo, que não chega a 20%. Almirante Tamandaré, que não deve chegar a 15%. Contenda, nada de tratamento de esgoto. E não podemos deixar de registrar isso.

O Jornal do Estado do dia 28 de novembro de 2007, trazia aqui: "Saneamento básico deveria ter sido resolvido no século passado. Pesquisa da FGV mostra que apenas 46,34% da população paranaense tem acesso ao esgoto tratado. O Paraná tem uma cobertura de 46,34%. O estado com melhor cobertura é São Paulo, com 84,24%, seguido do Distrito Federal com 79%, Minas Gerais 73%, Rio de Janeiro com 60%."

Não preciso dizer aos senhores que este meu pronunciamento vai ao encontro de todos vocês e ao encontro dos interesses da sociedade paranaense. Não estou fazendo aqui uma fala contraditória. Quero uma SANEPAR forte, que realmente trabalhe e assegure qualidade de vida para a sociedade paranaense.

Sabemos das diversas doenças que afligem a nossa comunidade, vinculadas ao saneamento básico. Não podemos negar que a hepatite A, que é ainda um sério problema de Saúde Pública, e que podemos nos contaminar comendo frutas e verduras irrigadas com água contaminada.

Então, é muito importante que a SANEPAR olhe, com o mesmo carinho que olhou para a questão da água, para a questão de saneamento básico. É muito importante que invistamos mais em saneamento básico.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Gostaria de contribuir, pois de certa forma V. Exa. já está antecipando o apoio do nosso bloco para a PEC da Água. V. Exa., com muita sabedoria, faz a justificativa da necessidade e da importância de ser do Poder Público, pelo menos não só a preferência, mas a obrigatoriedade do saneamento. Com certeza a iniciativa privada tem melhores condições de prover um saneamento com qualidade, uma água com qualidade e com melhor preço. Duvido muito que uma empresa da iniciativa privada teria essa preocupação de, depois do saneamento, ter uma

preocupação com a saúde, com todas essas doenças que V. Exa. cita. Motivo pelo qual temos, ao mesmo tempo, que apoiar essa emenda, nos preocuparmos da derivação das conseqüências de passar para a iniciativa privada a competência em cima da água, porque depende de outros serviços públicos a qualidade do saneamento no Paraná.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Concede-me um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Salientar também que alguns estados da federação que têm empresa pública que cuida da água, V. Exa. sabe muito bem do desleixo, do empreguismo, da falência, da precariedade, sem a preocupação da expansão. A SANEPAR do Paraná é uma empresa sadia, moderna, que tem prestado um bom serviço ao estado do Paraná.

Outra questão que deve ser salientada é que muitos oportunistas, aproveitadores, nem sequer entendem da questão da água, que é um bem da vida. Eles querem apenas ganhar dinheiro, privatizar para ganhar, mesmo não entendendo de nada, mas entendem muito de números, sabendo que acabam aquelas taxas, tarifas sociais. Eles vêm para se aproveitar de um bem que é público e necessário. Precisamos evitar que isso aconteça por qualquer motivo.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Perfeitamente.

Estamos falando em harmonia com as nossas falas, nos posicionando favorável e de apoio a nossa empresa SANEPAR. Mas talvez eu não tenha mais a oportunidade de falar tão de perto com as senhoras e senhores aqui presentes.

Tivemos agora no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, uma manchete nos nossos jornais, colocando o nosso rio Iguaçu como o 2º rio mais poluído do Brasil, perdendo apenas para o Tietê. Não tenham dúvida de que muita dessa poluição do nosso rio - temos problemas com a questão industrial e com outras questões - é diretamente ligada à falta de investimento em saneamento básico. Podemos resolver o problema do rio Iguaçu com decisão política, de Governo e de estado.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite-me um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Parabenizá-la pelo seu depoimento. Dizer que o Ministério Público do Estado do Paraná se manifestou algumas vezes contrário à empresa privada, no tratamento de água e esgoto sanitário. O Dr. Sancler, que é Procurador do Ministério Público, que coordena as Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, se manifestou favorável a essa PEC, porque da mesma forma como a senhora colocou, a água, por ser um bem escasso e que será objeto de grandes disputas nos próximos anos, deve ser priorizada como um bem de toda a população e não como um bem em que as empresas tenham como objetivo

o lucro. Vamos votar favoravelmente à PEC, mas sabendo que estamos votando favorável pelo que vem no futuro.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Para finalizar, faço das palavras do Deputado Tadeu Veneri as minhas palavras. Dizer que é importante que todos trabalhem para o bem comum. Embora tenhamos dentro do nosso bloco uma discussão quanto à constitucionalidade da nossa PEC, mas vamos votar favoravelmente, porque acreditamos que a água é um bem de todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Democratas. Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

***Liderança do Partido Democratas:
Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não estava na minha idéia no dia de hoje vir à tribuna para retornar a uma discussão que há seis anos aguardamos na cidade de Ponta Grossa, uma ação concreta do Governo do Estado para poder sanar um grande prejuízo que se levou a Universidade Estadual e naturalmente a população do nosso município de Ponta Grossa, que é a implantação do curso de Medicina.

Mas, me senti na obrigação de vir aqui e poder relembrar as pessoas de tudo aquilo que aconteceu aqui neste plenário, os discursos dos Parlamentares que aqui estavam, fomos todos em cima de um caminhão de som em frente do Palácio Iguaçu, falar e pedir para o Governador do Estado do Paraná para que não fechasse o curso de Medicina. Tudo isso aconteceu numa discussão que proporcionou, na cidade de Ponta Grossa, depois de quatro anos que o curso foi fechado, uma grande derrota eleitoral para o Governador Roberto Requião, que teve essa atitude no ano de 2003, de fechar o curso. Ele não cancelou, ele fechou. Os alunos que estavam em sala de aula foram transferidos para Londrina, Maringá, Cascavel e alguns até para outros estados, porque no momento que eles passaram no vestibular, já estavam há três meses recebendo aula, acabaram querendo continuar. E o Governo, na hora que fechou esse curso, tentou reacomodar os alunos. Alguns até desistiram, porque não tinham condições financeiras de residir em outras cidades.

A verdade é bem clara. Esse curso foi criado pelo Governador Paulo Pimentel no ano de 1968. De 1968 até 2001 nunca se implantou esse curso. Estava criado por lei, mas não foi implantado porque os Reitores da Universidade Estadual nunca tiveram a mesma ação das quais os Reitores de Maringá e Londrina tiveram. Mesmo sem ter a autorização do Governo do Estado do Paraná, eles começaram a implantar o curso de Medicina em Maringá e Londrina e com isso, no decorrer do tempo,

acabaram fazendo com que se viabilizasse junto ao Governo do Estado os recursos necessários. E lá o curso de Medicina existe já há bastante tempo.

Em Ponta Grossa, o ex-Governador Jaime Lerner, depois de uma forte pressão política, prestigiando a universidade e a cidade, deu a autorização no ano de 2001 e pediu para a universidade montar uma Comissão para estudar a viabilidade. E essa Comissão fez um trabalho de vários meses e apresentaram esses representantes dessa Comissão, que a maior parte são professores, trouxeram para o Governador do Estado esse estudo que dizia que era possível, a universidade estava preparada para receber esse curso de Medicina. E com isso, tivemos a universidade fazendo o seu vestibular, mais de 100 candidatos por vaga, e os que passaram nos primeiros lugares ocuparam as vagas do curso de Medicina, no momento em que ele começou em fevereiro de 2003.

O Governador interrompeu um curso que estava em andamento. Curso esse que passou por uma análise de um corpo de pessoas e professores da UEPG que fizeram laudo, estudo da viabilidade. E isso foi apresentado ao Poder Executivo, na época, que autorizou, em cima daquele estudo feito - estudo sério porque foi a própria universidade que fez - e esse estudo apresentado recebeu o sinal positivo do Governo na época, e os alunos entraram em sala de aula em fevereiro de 2003.

Os motivos concretos que o Governador colocou na grande mídia do estado e, repito, em alguns meios de comunicação, como a Rede Globo de Televisão, que lá na cidade de Ponta Grossa tentavam explicar a atitude do Governador Roberto Requião e diziam que as entidades representativas dos médicos, entidades estaduais e federais, eram contrárias à criação de mais cursos de Medicina no nosso Brasil e no estado do Paraná.

Outra questão que o Governador se apegava muito era de que o ex-Governador tinha feito um estelionato eleitoral, que em cima da eleição ele tinha autorizado a implantação desse curso de Medicina. O Governador autorizou em julho de 2001 - as eleições aconteceriam no próximo ano. E agora estamos em cima de uma nova eleição. Quer dizer, se fosse o mesmo peso, o Governador Requião está fazendo um estelionato eleitoral, mas não vamos por este caminho, porque a cidade de Ponta Grossa pede, há muito tempo, que o Governador devolva esse curso de Medicina para a nossa universidade. E a cidade está contente de rever novamente este curso na universidade, que é o que todos nós queríamos, nós políticos que representamos aquele município nesta Casa, a população, a universidade, enfim, todos aqueles que viveram diretamente esta questão da implantação do curso de Medicina.

Tenho comigo que o Governador reviu a sua posição e, com certeza, viu que errou, e no momento que viu que errou resolveu devolver esse curso para aquela universidade, o qual a cidade de Ponta Grossa aguardava há tanto tempo.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto Miró Guimarães, estou prestando atenção no seu pronunciamento, atentamente, e parabéns. O senhor falou a respeito de estelionato eleitoral - são palavras do Governador Roberto Requião.

E agora, num ano eleitoral, acontece o anúncio da reabertura do curso de Medicina. Pelo menos o anúncio foi oficializado pelo Líder do Governo, ontem, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Pois bem, concordo plenamente com o seu pronunciamento, porque acredito que o bom político não é aquele que fecha portas. O bom político não pode fechar porta nenhuma, não pode fechar porta de posto de saúde, de escolas e foi o que ele fez. Ele foi a Ponta Grossa e fechou o curso de Medicina numa churrascada, praticamente, assim numa reunião: "Não, eu vou fechar esse curso e está acabado". E todo mundo sabe que foi por questões políticas, Deputado Plauto.

Na verdade, o bom político é aquele que arca com suas responsabilidades. Se ele sabia, desde o princípio, que tínhamos dificuldades com relação também a questões de estrutura para o curso, ele teria que ter arcado com sua responsabilidade como Governador e teria, sim, que manter o que foi acordado, manter o acordo com os cidadãos ponta-grossenses da abertura desse curso e proporcionar toda a estrutura necessária.

Agora, Deputado Plauto, estou apresentando hoje um requerimento e, como foi oficializada a reabertura do curso de Medicina, estou apresentando um requerimento na tarde de hoje e fala assim: requer que seja encaminhado ao Poder Executivo, ao Chefe do Poder Executivo, ao Sr. Governador Roberto Requião, documento oficializado por escrito que seja reaberto o curso de Medicina no ano de 2009. Quero ver a assinatura do Governador, em papel timbrado do Poder Executivo, do Palácio, realmente se comprometendo com a reabertura, porque, vamos ser sinceros, Srs. Deputados, de promessas o nosso povo está cheio. Queremos algo concreto, sério, correto. Acho que o Governador tem que assumir esse compromisso, como o Senador Osmar Dias assinou o documento se propondo a reabrir o curso.

Então, já que existe a proposta oficial aqui da Assembléia, que o Governador assine o documento para que no ano que vem tenhamos de volta o nosso curso para todos os cidadãos ponta-grossenses.

Era isto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Marcelo Rangel, as suas palavras e quero só lembrar que o Governador anterior, quando autorizou o curso, autorizou também a construção do bloco de Medicina, onde estão as salas de aula para os alunos e quando começou o curso, em 2003, os alunos lá frequentaram esse bloco. Eu, pessoalmente, o visitei, em conjunto com professores da época, onde se

via os alunos estudando naquele bloco que foi construído, os professores foram contratados, tanto é que estavam os alunos recebendo aulas. Os laboratórios, os equipamentos foram adquiridos para os já existentes laboratórios de Saúde para outros cursos que lá existem na universidade, laboratórios já estão lá e para o curso de Medicina tinha que agregar mais equipamentos dentro desses laboratórios. Então, a etapa necessária para os primeiros anos de aula dos alunos foi feita.

Agora se fala no hospital regional, maravilha, uma boa obra para Ponta Grossa e a região dos campos gerais, mas o equipamento para o estudo é se ter uma parceria da Universidade Estadual de Ponta Grossa com um dos hospitais da cidade, que com um convênio os alunos lá nesse hospital poderiam estudar. Com certeza investimentos esse hospital iria fazer, melhorando ainda mais o atendimento para o cidadão ponta-grossense e para aqueles que moram dentro da região dos campos gerais.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças, último orador inscrito, no horário do PT, Deputado Enio Verri.

Liderança do PT: Deputado Enio Verri

O SR. ENIO VERRI

Muito obrigado, Sra. Presidente, caros Deputados e Deputadas.

O nobre Deputado Teruo Kato, quando ocupou esta tribuna, estava falando sobre a importância da Educação. Hoje, na Escola de Governo, foram apresentados os resultados do IDEB para o Paraná, colocando o Paraná em 1º lugar no Brasil com os resultados do ensino médio e do ensino básico.

Isso me fez lembrar, com muito cuidado, o que está acontecendo neste novo momento dos nossos governantes, tanto no Governo Federal como no Estadual. No Governo Federal, já que Ponta Grossa monopoliza boa parte dos nossos debates aqui, os investimentos na área de Saúde, no hospital regional, na abertura do curso de Medicina, no número de hospitais sendo construídos no estado do Paraná, a contratação de professores, o Banco Social, em Maringá o anúncio de investimentos e ampliação no Hospital Universitário, agora na próxima semana, um investimento de R\$ 3,4 milhões. São todos assuntos muito importantes, a preocupação com as áreas mais pobres do estado. Quando vejo do Governo Lula a construção do ProUni, que está revolucionando este país no que tange ao ensino superior, ao acesso ao ensino grátis; quando vejo o aumento dos investimentos no PRONAF, que dá grandes condições de ampliação e condição de sobrevivência da agricultura familiar. Mesmo a ampliação dos investimentos do FUNDEB deixa muito claro que tipo de desenvolvimento se espera deste país e deste estado: uma visão de longo prazo, uma visão de construção da cidadania, uma visão estruturante.

Entretanto, ainda olhando políticos que se preocupam apenas com votos, sem se preocupar com a sua população, são aqueles políticos que acham que mais importante que fazer um esgoto é fazer uma praça, que acham que muito mais importante do que políticas sociais o importante é deixar o centro da cidade bonito, porque assim você consegue mais votos, acho isso uma política do passado. Acho que temos que levar em conta que o momento é outro, que a Constituição de 1988 foi uma nova condição de cidadania; que a população, hoje, pela sua exigência e graças à imprensa que cobra isso no dia-a-dia, faz do nosso país um país de construção diária, de participação popular, de qualidade de vida e, de novo, a construção da cidadania.

Estou dizendo isso porque no jornal de Maringá, o Diário, o jornal mais lido de lá, na 1ª página: “Cresce a prostituição infantil em Maringá.” Mais: “A Promotoria da Infância e da Juventude do município recebe, em média, uma denúncia por dia de exploração de menores.” Uma cidade que todos sabem que é muito bonita, muito rica, uma cidade que, talvez para vocês que não conheçam tanto a nossa cidade, ficariam espantados: “Como uma cidade tão bela pode ser tão injusta?”

Mas o que mais me surpreende não é isso. No mesmo jornal sai uma notícia: “Maringá terá orçamento de meio milhão para 2009, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Puxa, que beleza, é uma cidade que realmente é pujante, tem um setor empreendedor, paga os seus impostos e aumentam as suas receitas. Mas o que me deixou surpreso, quando vejo essa notícia da questão infantil, me lembra, isso é falta de políticas públicas. Quando vejo os pedintes da rua e me lembro, isso é falta de políticas públicas. Olho na LDO, e na Habitação, construção de 45 casas populares. Quarenta e cinco, Maringá, 312 mil habitantes. Vejo mais, vejo aqui construção de duas creches. Duas creches, numa cidade de 312 mil habitantes.

Mas, por outro lado vejo aqui revitalização da avenida Brasil, 2 milhões e meio. Obras do Parque do Japão, 1 milhão e meio. Construção do contorno norte, 3 milhões. Rebaixamento da linha férrea, 10 milhões. Obras da Vila Olímpica, 6 milhões.

Isso me deixa muito preocupado, como Parlamentar e como Deputado Estadual do Paraná. Espero que isso aqui seja um caso isolado do modelo que nós esperamos. Toda esta Casa, tenho certeza, a Oposição, nós da base do Governo, se pudéssemos fazer com que os nossos 399 municípios tivessem uma política como é feita no Governo Federal e no Governo Estadual, uma política que se preocupasse com as desigualdades sociais, uma política que se preocupasse com a inclusão da população mais pobre fazendo que ela tivesse acesso ao contraturno, que tivesse acesso aos recursos que o seu dinheiro não tem, que sua capacidade financeira não permite, mas, que cabe ao estado dar conta disso. Sem dúvida nenhuma o estado é obrigado a cuidar da sua população.

Quero citar aqui um economista, que tem pouca vibração ideológica comigo, porque sou do PT e ele é do outro lado, é o Deputado Delfim Neto - Deputado Jonas, você conhece bem, é empresário - o Deputado Delfim Neto diz o seguinte: "Eu não sou socialista, pelo contrário, sou liberal, mas acho que tem que ter uma disputa na sociedade capitalista. Só que para ter uma disputa, uma corrida, todo mundo tem que ter perna. Todos têm que ter perna, daí todos correm juntos e quem for melhor ganha."

O que precisamos é colocar esse exemplo que o jornal está colocando ao contrário. Ou fazemos políticas públicas, que dão condições de igualdade para todos, aí sim vamos ver quem pode disputar. Em parte até eu não concordo com isso, mas é isso que se coloca no modo de produção capitalista. Ou damos condições para todos disputarem em condições de igualdade, daí sim, dar oportunidade idêntica, ou vamos continuar aprofundando o que nesses 500 anos tem sido feito no Brasil. Uma classe, uma minoria, uma elite cada vez mais rica, a custa de uma grande maioria cada vez mais pobre.

Espero que esse exemplo que estamos vendo no jornal de Maringá seja um engano, e que saia depois uma correspondência corrigindo isso, dizendo que Maringá está preocupada, sim, em ser mais justas, em ser mais igualitária e não uma cidade de politicagem e de preocupação, com a aparência e não com a essência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pela ordem o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente Cida Borghetti, temos na galeria desta Casa de Leis, valorosos funcionários e valorosas funcionárias da SANEPAR, que vieram trazer o calor humano, o entusiasmo e a expectativa diante da votação de matérias de interesse da SANEPAR.

O apelo que faço é que os Deputados abram mão de outros assuntos, para que possamos votar a matéria de interesse da SANEPAR.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Péricles de Mello, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente e Srs. Deputados, vou pedir ao Líder do Governo, o Deputado Romanelli, para usar o Horário da Liderança para, basicamente, falar sobre dois assuntos. O primeiro deles é sobre o curso de Medicina, em Ponta Grossa, e o segundo diz respeito à emenda que vamos votar hoje, que diz respeito basicamente à

SANEPAR, é exclusividade dos serviços públicos de saneamento a serem exercidos por empresas estatais ou de economia mista.

Talvez, das personalidades políticas de Ponta Grossa, a que mais tenha sofrido com o fechamento do curso de Medicina seja a minha pessoa, porque me elegi no ano 2000, peguei os dois últimos anos do Governo Jaime Lerner, 2001 e 2002, 2003 com a eleição do Governador Roberto Requião, no mês de abril de 2003, portanto, no 1º ano do meu mandato o curso foi fechado.

A população atribui parcela de culpa a mim, aliado histórico do Governador Roberto Requião. Eu defendi na campanha e uma parte da população não entendia que o Governador, sendo aliado do Prefeito de Ponta Grossa, tivesse acabado com o curso. Foi uma coisa muito difícil de explicar ao povo. Recebi e-mails no gabinete, eleitores desistindo da minha reeleição, e assim por diante.

Expliquei ao povo de Ponta Grossa que o responsável pela Universidade Estadual não é o Prefeito, é o Governador do Estado, em última instância. Mas, muitas pessoas não entenderam. E disse também que eu discordo, sempre, do método utilizado pelo Governador. Ele usou o método errado. Acho que seu discurso foi errado, porque a Universidade de Ponta Grossa tem uma tradição de muitos e muitos anos, uma universidade reconhecida em todo o Brasil. Temos lá cursos como o de Odontologia, que é considerado um dos melhores cursos do país na área de Saúde.

Mas, este fato não deve obscurecer outras coisas muito importantes, para interpretar a questão do curso de Medicina. O Deputado Plauto Miró Guimarães, a quem respeito, não podemos esconder que o Governador Jaime Lerner que governou o Paraná por oito anos, tendo tempo suficiente para preparar a abertura de um curso em Ponta Grossa, assim eu queria, o fez apenas no último ano do seu Governo, através de decreto, consolidando o curso e deixando todo o problema da efetividade do curso para o seu sucessor, no caso, o Governador Roberto Requião.

É importante dizer, enquanto este curso foi implantado no Governo Jaime Lerner, a universidade não dispunha de um hospital. E eu, meus Secretários, na ânsia de resolver este problema, procurei alternativas, busquei recursos do Governador para fazer reforma de pronto-socorro, combinado com a reforma do Hospital da Criança, para que pudesse servir de hospital, e num prazo curto consegui os recursos. Mas, na verdade, quando o Governador tomou esta posição o fez, apesar do método que considero equivocado, o fez entendendo que não haveria possibilidades, num curto espaço de tempo, para que aqueles alunos que passaram no vestibular tivessem as condições necessárias para concluir seu curso.

Isto não pode ser esquecido. Como não podem ser esquecidos pelo povo paranaenses alguns fatos. O fato que aconteceu no Governo Jaime Lerner, a tentativa de privatização da COPEL, a tentativa de privatização da SANEPAR. Existem pessoas, inclusive, dizendo que o presente, entre aspas, que Ponta Grossa ganharia, seria

em decorrência das votações que privatizaram a COPEL nesta Casa de Leis. Não sei se isto é verdade, mas acho que deveríamos analisar as coisas deste contexto mais amplo, para poder compreender tudo o que aconteceu neste período histórico.

Por tudo isso, apesar de discordar do método do Governador naquele momento, fui penalizado por isso. Temos que enaltecer a posição do Governador. E o povo de Ponta Grossa tem que apagar esta mágoa, porque não me lembro, na nossa história, de um Governador que tenha feito tanto por uma cidade, tirando este erro, este método errado, a forma como se deu a extinção do curso de Medicina.

Fui Prefeito no Governo Jaime Lerner e agradeço ao Deputado Plauto Miró Guimarães, conheço seu trabalho e seu esforço, mas mesmo com seu esforço conseguimos receber do Paraná Urbano apenas R\$ 2 milhões e depois conseguimos o Programa Velho Cinema Novo, o Governador foi conosco, eu comprei o Ópera. O Governador Roberto Requião, no 3º e 4º anos do seu Governo, nos deu R\$ 15 milhões e agora muito mais. Até podemos dizer que ele é uma espécie de Prefeito de Ponta Grossa, porque toda obra que o Prefeito inaugura vem daonde? Vem do Governo do Estado. A SANEPAR que está aqui, em quatro anos Ponta Grossa vai passar de 50% para 82% da população abastecida por rede de esgoto! A rodoviária, que será inaugurada amanhã, são recursos do Paraná Urbano; ginásio de esportes, recape das ruas centrais e mais que isso, o Governador preparou essa volta consolidada do curso quando liberou recursos para a construção do hospital regional já no 1º mês do 1º ano do Governo Wosgrau, ele que foi meu adversário e me derrotou na eleição, mas jamais poderia fazer qualquer atitude contra a minha cidade, onde nasci e governei por quatro anos. O Governador liberou R\$ 17 milhões e a obra está sendo concluída este ano, mas sabemos, pela experiência em construção de obra de Saúde, que não basta terminar a obra, precisamos equipar o hospital e isso vai mais um certo tempo.

Então, aberto o curso de Medicina agora, é um curso consolidado, muitos alunos começam a realizar o curso no ano que vem e quando precisarem de um hospital, terão um hospital preparado, equipado e que tem todas as condições, juntamente com a história da universidade, que já tem um corpo de professores capacitados, de fazer um curso de excepcional qualidade para os estudantes.

Então, Ponta Grossa precisa saber disso e precisa analisar com maturidade as ações do Governo, interpretar e pesar de forma correta os seus erros e seus acertos, mas tenho certeza absoluta que o Governador fez muito e está fazendo muito pela nossa cidade. Além dos programas sociais, como a Tarifa Social da Água, o Luz Fraterna, o Leite das Crianças, poderia ficar aqui mais de 10 minutos falando apenas das obras do Governo Requião e sempre apoiamos, independente da posição política, sou Deputado aliado do Governo e sempre apoiei todos os recursos necessários para a nossa cidade,

que é uma cidade que tem muitos problemas, mas é uma cidade também que tem um enorme potencial, é uma cidade das mais complexas do Paraná.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o segundo assunto diz respeito à emenda que vamos votar. Não devemos discutir aqui apenas um princípio do ponto de vista da fundamentação teórica, mas devemos discutir uma coisa concreta num estado chamado Paraná, que por um lado tem uma empresa como a SANEPAR, respeitada internacionalmente, com larga experiência, plenamente capaz de desenvolver o saneamento básico em todo o Paraná e em todos os municípios com condições financeiras, condições de recursos humanos. Votamos essa proposta neste estado singular chamado Paraná e por outro lado não podemos nos esquecer que neste estado a privatização mostrou, como em poucos, a sua face cruel.

Eu era Deputado quando denunciei o pedágio nesta Casa, o Deputado Romanelli e outros Deputados. Ora, chegamos ao absurdo, sob todos os pontos de vista, que parece que as empresas, os consórcios que ganharam o pedágio, são donos das estradas e se estabeleceu uma ideologia no Paraná que é impossível mexer com eles, que não há possibilidade nenhuma de baixar o pedágio, a não ser diminuindo impostos. Não concordo com essa tese, mas as sucessivas derrotas jurídicas às vezes dão a impressão que o poder privado, quando é muito grande, está acima das leis, muito mais do que o poder estatal, parece que é mais suscetível de autonomia do Judiciário com relação aos órgãos do estado do que autonomia com relação aos grandes grupos monopolistas, os grandes consórcios de empreiteiras. Denunciamos aqui e não houve, na história deste estado, uma coisa mais criminosa do que a forma como foi concebido o pedágio. Eu denunciei desta tribuna por várias vezes, estudei em profundidade o processo de pedagiamento das nossas estradas, que foi um grande acordo entre as grandes empreiteiras que dividiam as estradas do Paraná. Não houve licitação na verdade, mas uma caixa preta que definiu uma tarifa básica e uma equação que permanece até hoje, através dos índices da correção inflacionária e que não se pode mexer, eles são donos. Não é possível!

Agora saiu o pedágio federal, muito mais barato, estamos de mãos amarradas e tem Deputado que fala: “Olha, tem que negociar”. Isso como se não existisse nenhuma outra possibilidade. Eu sou daqueles que, apesar desse poder enorme desses grupos, acho que a organização popular, juntamente com uma análise profunda da questão jurídica possa superar esse crime que foi feito contra o nosso povo. Precisamos nos levantar, não é possível que esses grupos se julguem donos de nossas estradas, mesmo quando temos agora um outro pedágio paralelo, muito mais barato do Governo Federal. Não é possível que percamos a esperança que temos no Judiciário autônomo e independente, e uma ação jurídica articulada por Governo popular, possamos ver que o pedágio seja pago pelo valor que merece ser pago, um

lucro normal para as empresas privadas. É esse conjunto de contradições que me dão certeza, e ao meu partido PT, para votar favoravelmente a essa proposta a favor da SANEPAR.

Quero aproveitar o meu discurso para saudar, com o maior carinho, os funcionários da SANEPAR e os seus dirigentes, uma empresa que eu trabalhei um ano e meio e conheço as suas particularidades, e fazer um apelo ao Governador. Só falta uma coisa na SANEPAR: os funcionários da SANEPAR têm que ter os mesmos privilégios da COPEL, porque é uma empresa que tem o mesmo perfil da COPEL e os funcionários precisam avançar um pouco mais para chegar ao nível dos funcionários da COPEL nas suas discussões salariais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 151/08, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a viabilização das obras de pavimentação asfáltica adequada, do trecho rodoviário entre a sede do município de Maripá à rodovia PR-364, ligação entre Assis Chateaubriand e Palotina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 152/08, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a regulamentação e a execução dos dispositivos da Lei nº 13962, de 20/12/02. Obrigatoriedade de instalação de dispositivos, que elimine o ar na medição do consumo de água. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 153/08, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, à Sra. Secretária de Estado da Criança e da Juventude e à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, a fixação de valor da Gratificação de Atividade com Unidade Correccional, Intra-Muros-GADI, ao servidor que exerça funções conforme específica, nos Centros de Socioeducação - CENSE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Enio Verri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1599, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, nos dias 18 e 19/06/08, no evento do MEC e no Ministério de Relações Exteriores, para celebrar convênio com estudantes do Brasil x Ucrânia e Brasil x Polônia, a ser realizado em Brasília/DF. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1628, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo, no dia 18/06/08, no Seminário sobre Programa de Aquisição de Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Social, a ser realizado em Brasília/DF. **À Comissão Executiva.**

Antes de passarmos ao item 1º, há requerimento sobre a mesa solicitando chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito aos Srs. Deputados que ainda não digitaram suas senhas que, por gentileza, o façam.

(**Há quórum para a votação**)

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 021/08, proposta de emenda à Constituição, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e outros. Altera o parágrafo 3º dos artigos 210-A, da Constituição do Estado do Paraná (serviço público). COM PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. **Em discussão. Em votação.**

Deputado Elio Rusch, V. Exa. vai encaminhar favorável ou contra?

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Discutir**)

Contra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar bem claro que essa PEC não é a favor e nem contra a SANEPAR.

Ninguém está aqui contra ou a favor da SANEPAR. Não se trata de uma PEC contra a SANEPAR.

Trata-se de uma PEC que regulamenta quem poderá explorar a água.

Pois bem, vamos fazer uma pequena retrospectiva.

O Governo do Estado encaminhou a esta Casa, em 2004, a PEC nº 083. Ela dizia, na sua redação original, que determinava que a prestação do serviço público de abastecimento de água e de saneamento deveria ser prestado direta e exclusivamente por pessoa jurídica de Direito Público.

A Comissão que analisou essa PEC apresentou uma Emenda de nº 022, com base na Constituição Federal e na Constituição do Estado. Entenderam naquele momento os ilustres componentes desta PEC, que, da forma como o Governo queria, era totalmente inconstitucional, porque interfere na autonomia administrativa dos municípios. Essa PEC foi promulgada no dia 12 de novembro de 2007. Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, sete meses depois vem uma outra PEC para a Assembléia Legislativa, praticamente com os mesmos objetivos, apenas para suprir uma palavra no artigo 210-A, que foi criado pela emenda feita em relação a PEC, que o governo do estado tinha enviado para esta Casa. A Emenda nº 022 introduziu na Constituição do Estado do Paraná um segundo artigo 210, ou seja, o artigo 210-A, que entre tantas regulamentações em relação ao bem-estar, a água, o saneamento básico, no parágrafo 3º, diz: *Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados, preferencialmente, por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal*. Essa emenda, que foi votada e promulgada em novembro do ano passado, está amparada na Constituição Nacional.

O que estamos votando? Essa nova PEC retira a palavra preferencialmente. Então, vamos para a nossa Constituição Brasileira, Federal. O artigo 21 da Constituição da União, compete à união:

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga e de direito do seu uso.

XX - instituir para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, combinado com o artigo 23 da Constituição Federal.

Art. 23. É de competência comum da união, dos estados, distrito federal e dos municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Mas quero chamar a atenção dos Deputados para o artigo 30 da Constituição Federal: *Compete aos municípios:*

V - organizar e prestar diretamente, ou sobre regime de concessão, ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

O que é que estamos fazendo com essa PEC? Não estamos fazendo nada mais e nada menos do que interferindo na competência administrativa dos municípios.

O saneamento é de competência exclusiva dos municípios. Os comentários que surgiram durante esses últimos dias: o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, volto a dizer, nada contra a SANEPAR, a SANEPAR é uma empresa que tem know-how. Se a SANEPAR participar de qualquer licitação, com toda certeza vai ganhar, pelo know-how, pelo conhecimento e pelos profissionais que tem. Por isso que defendemos, sim, a SANEPAR. E não queremos que amanhã ou depois venham dizer: "Os senhores foram contra a SANEPAR". O que queremos é que a autonomia dos municípios seja respeitada. Como disse o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, que conclama os Parlamentares que votaram contra. Não vou ler tudo, mas gostaria de fazer uma referência do Presidente Executivo da Academia Brasileira de Direito Constitucional, o Sr. Flávio Paniceri. Ele disse, clara e taxativamente: "Esta PEC é inconstitucional". O Presidente em exercício do Direito Constitucional da Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, Zulmar Facchin diz que é inconstitucional.

Então, eu como Parlamentar, Srs. Deputados, não posso votar uma matéria diante da flagrante inconstitucionalidade. Por esta razão somos contra a PEC, mas não somos contra a SANEPAR. A SANEPAR, como a própria COPEL, são empresas públicas que merecem o nosso respeito, mas não podemos interferir na autonomia dos municípios. Muito menos invadir a competência dos municípios. Esse é o encaminhamento que dou, porque se a PEC for aprovada, tenho certeza que lá no Supremo terá uma ADIN e podemos falar amanhã ou depois: não com o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes desta tarde nesta Sessão.

Encaminho a favor da PEC. Não há em nenhum estado ou qualquer país, como mais se fazer qualquer planejamento que não seja através das águas. Água bem circunstancial de alguns, patrimônio universal de todos. Tudo que se falar em termos de SANEPAR, obviamente faz parte de um histórico de investimentos do estado numa empresa pública para gerenciar a água. Gerenciar a água, que na minha opinião deve ser sob a batuta pública. É a razão maior pela qual defendo a PEC, embora considero a opinião divergente uma questão de visão de estado.

Eu, particularmente, acho que energia e água devem estar sob a tutela do estado, porque a exploração da água não pertence a ninguém. A água deve estar submetida aos interesses do estado, porque o estado deve cuidar do interesse público maior. Não podemos imaginar que sobre a questão da água seja apenas válida a questão financeira. Temos que imaginar que a questão da água passa a ser um bem fundamental à vida e razão pela qual ela deve ter sempre o poder de reivindicação, o poder de protesto, o poder de cerceamento da população. E dou um exemplo aqui: eu, particularmente, Deputado Romanelli, tenho um projeto para discutir a questão da tarifa mínima. Se a água for explorada por empresa particular, não há discussão. Não há discussão do fornecimento de água para famílias carentes, por exemplo, se a água não estiver sob o domínio público.

Acho que não deve ser a água - estou falando da água, não do saneamento - a água não deve ser colocada para exploração circunstancial de ninguém. Ela deve obedecer exclusivamente o interesse público, razão pela qual acho que o estado tem que estar sempre - o estado, não é uma questão de Governo - o estado deve estar sempre cuidando desta questão da água.

Ora, veja bem, acho que a questão do saneamento é algo que deve ser discutido. Como disse a Deputada Rosane, acho que precisamos avançar na questão do saneamento, acho que é possível ter uma política pública de saneamento, quem sabe até mais agressiva, mas não acredito que nós, perdendo o controle do abastecimento da água, embora reconheça que os municípios tenham, sim senhor, a competência para fazer isto, mas os próprios municípios podem criar no seu âmbito, podem ter empresas que possam gerenciar a questão da água, mas tem que ser público. Não pode ser público. Não pode ser privado, porque no momento que for privado, teremos, obviamente, somente a questão do lucro em detrimento do interesse social.

Acho que é uma questão, como eu disse, de estado. O estado deve planejar, o estado deve trabalhar. Daqui a pouco uma fonte d'água vai valer mais que uma propriedade. Daqui a pouco uma área que seja fornecida à nossa população, ela não tenha, obviamente, como dimensionar em termos de preço, porque água é sinônimo de vida.

Então, o estado deve estar presente na condução do gerenciamento da água. E com relação ao saneamento, creio que deva haver, sim, uma rediscussão da questão do saneamento, Deputado Romanelli, porque embora haja um esforço sempre da SANEPAR, vemos que muitas vezes fica deficitária esta questão do saneamento, que, aliás, a SANEPAR fez durante longos anos um trabalho em cada município.

Se queremos defender a SANEPAR, para encerrar o que vou falar aqui, se queremos defender a questão da SANEPAR, Deputado Elio Rusch, cada um tem uma opinião, mas não adianta tirar a competência da SANEPAR. Se queremos fortalecer a SANEPAR, então temos que, obviamente, prestigiar a SANEPAR, dar a condição para

que a SANEPAR continue prestando este trabalho. Agora, se muitos municípios acham importante que a SANEPAR não preste esse serviço, que seja discutido com a sua população. Agora, não podemos nós, enquanto estado, tomar uma decisão que não seja a decisão de sempre estarmos vigilantes à função pública do estado e que ele cuide sempre do bem maior da população que, na minha opinião, a água representa em toda a sua amplitude, porque representa, na sua essência, a vida.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, primeiro tenho uma questão de ordem, artigo 144, que diz a respeito que os encaminhamentos e discussões em 1º discussão devem tratar apenas da constitucionalidade da matéria e que qualquer encaminhamento que se desvie do assunto tem a pena de ter a palavra cassada por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Veja, Deputado, respondo a questão de ordem de V. Exa. e ela cabe. Realmente em 1ª discussão vamos votar a constitucionalidade dela. No entanto, não tem como nós, numa Casa política, deixarmos que o orador desvie-se e aborde também a questão pública, mas não tenho como cassar a palavra.

O que não podemos é nos desviar do assunto, isso sim, se desviarmos do assunto aí eu posso cassar a palavra, mas o que estamos discutindo V. Exa. está coberto de razão, diz respeito à constitucionalidade.

V. Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos hoje aqui devem ter consciência da importância da matéria que vamos discutir e votar, um Projeto de Emenda Constitucional que fere duplamente a Constituição Federal e, por conseguinte, a Constituição do Estado do Paraná.

Reitero aqui o pensamento do Deputado Elio Rusch, dando uma satisfação aos servidores da SANEPAR. Não somos contra a SANEPAR. Hoje estamos aqui para defender a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná que, no seu artigo 30, reitero aqui a V. Exas. e gostaria que os senhores respeitassem e como legisladores guardassem a Constituição Federal do Brasil que diz: *Compete aos municípios legislar sobre os assuntos de interesse local. No seu inciso V diz: Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, os serviços públicos de interesse local, como os serviços de saneamento básico e os serviços de água dos municípios.* É competência exclusiva dos municípios legislar sobre este tema!

Discordo aqui do meu amigo, respeitável Deputado Augustinho Zucchi, quando diz que acha que o estado deve legislar sobre esses temas. Deputado Zucchi, eu como humilde Deputado, não estou aqui para achar nada, não estou aqui para tratar de “achismos”, estou aqui para respeitar a Constituição do nosso país. Dessa forma é que devemos trabalhar e se em algum momento a Constituição parece pequena, porque não existe nem a necessidade de interpretação, o artigo 30 é claro, é cristalino, quando fala da competência dos municípios. Se for pequena, se for difícil, existe uma Constituição maior, Constituição de República Federativa do Brasil e que posso dispor para V. Exas.

A segunda inconstitucionalidade do artigo 170 da Constituição Federal dispõe sobre a livre concorrência do nosso país. No momento que impomos uma lei, que impomos goela abaixo uma emenda constitucional dessa natureza, estamos cerceando a livre concorrência, senhoras e senhores. Deputado Durval Amaral, V. Exa. que nesta tribuna, nesta Casa de Leis, com todo respeito que tenho por V. Exa., sempre defende as prerrogativas do legislativo, na questão da reforma tributária tem defendido que o Legislativo tem as suas prerrogativas, que o Legislativo possa legislar sobre temas constitucionais, estamos aqui usurpando, estamos aqui tirando a prerrogativa que é de competência dos municípios do estado do Paraná!

Quero dizer mais: quero dizer que a partir dessa análise, em outros estados, existem Ações Diretas de Inconstitucionalidade, já votadas pelo Supremo Tribunal Federal e vencidas por unanimidade, quando se trata de saneamento básico. Então, quero dizer a V. Exas. e aos servidores que estão aqui: não se enganem. Este projeto é duplamente inconstitucional e, a partir do momento que seja aprovado por esta Casa de Leis, que acredito que não será, porque V. Exas. conhecem a Constituição e acredito que aqui, como defensores e guardiões da Constituição, irão respeitá-la! Mas se isso não ocorrer os senhores podem ter certeza que essa emenda constitucional será derrubada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade!

Posso citar aqui algumas ações, como a Ação Direta nº 023/40, votada pelo Supremo Tribunal Federal, posso citar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2299, do Rio Grande do Sul, que também foi perdida, depois que foi ao Supremo, uma lei que foi aprovada, semelhante a que está sendo votada hoje, nesta Casa.

Quero citar a defesa do professor Dr. Luís Roberto Barroso, para mostrar aos senhores, a V. Exas., aos servidores e quem acompanha, que este não é um “achismo”, não é uma opinião deste Deputado. Isto está na Constituição, é defendido por Juristas. Mas, cito aqui o professor Dr. Luís Roberto Barroso, que em sua obra Saneamento Básico, Competências Constitucionais da União, dos Estados e dos Municípios, assenta entendimento de que todo serviço público que não esteja expressamente afetado a outro ente federativo e que possa ser caracterizado como predominantemente de interesse local, que é o caso

desta emenda constitucional, relativamente ao interesse dos estados e da união, será de competência dos municípios. E a mesma regra valendo, naturalmente, para os serviços afetados ao saneamento básico.

Então, por favor, V. Exas. atentem à Constituição Federal. Se aqui estivesse o Digníssimo Senador Mão Santa, ele diria: “Atentai bem, senhores, atentai à Constituição Federal!” Estamos usurpando a nossa Carta Magna. Estamos rasgando a nossa Constituição. Atentai bem, senhores! Por favor, não vamos usurpar nossa Carta Magna!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sinceramente, acho estranha a argumentação de inconstitucionalidade de uma emenda constitucional. Estranho, porque vejo os oradores que têm encaminhado a favor falar que não são contra, nem a favor, da SANEPAR. Não é problema de SANEPAR. Estamos aqui tratando de problema de água. É um bem comum do povo. É sobre água que estamos falando. Um bem público, comum de todos.

Argumentações usadas quanto à constitucionalidade, absolutamente fora do princípio da avaliação constitucional. Olha, a mesma Constituição que os senhores argumentaram, no artigo 23, para não falar da Estadual, da qual tive orgulho de ser Relator, falar da Federal. Ela fala: *É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:*

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. É competência comum. Não é nem derivada.

Aqui está se buscando regulamentar a questão da exploração da água pelo único Poder que pode fazê-lo, porque ele representa a sociedade, que é o Poder Público. Quando anteriormente a SANEPAR estava tendo, no seu contrato com uma empresa privada, estava controlando a SANEPAR, tinha lá que o objetivo da empresa era a maximização do lucro. Lucro com água. E esta maximização do lucro fez cair de 250 mil ligações da tarifa social, caiu para 8 mil ligações. Por quê? Porque a iniciativa privada estava explorando com a maximização do lucro.

A SANEPAR retomou e tem hoje 360 mil ligações, novamente, na tarifa social. A SANEPAR investiu R\$ 270 milhões em tarifa social. Eu lhes pergunto: uma empresa privada que tenha a maximização do lucro iria investir R\$ 270 milhões do seu lucro para dar água para pobre sem retorno financeiro? É isso que queremos e não vamos disfarçar o argumento usado aqui: ninguém está ferindo autonomia de município. O artigo 3º diz: *O serviço público de saneamento e abastecimento de água serão prestados - já retirando o preferencialmente - por pessoa jurídica de*

direito público ou por sociedade de economia mista sob o controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal. Não extrapola, não está entrando, não está mudando nada! O Poder Público Municipal continua com a capacidade de gerir o seu sistema, de criar empresa pública para gerar o seu sistema. Não vamos mascarar a discussão, mas o que está retirando aqui é a expressão “preferencialmente”, porque o preferencialmente embola o sistema inteiro. Quer dizer, se é preferencial não precisa ser, então qualquer pessoa pode pegar e entregar o sistema de água para a iniciativa privada e não está descumprindo a nossa Constituição, porque era para ser preferencialmente, o que não é afirmativo.

Olha minha gente, esse é o mesmo argumento que foi usado para vender a COPEL, esse é o mesmo argumento que foi usado para dar ao sócio minoritário da SANEPAR o controle da empresa. Não vamos discutir questão de constitucionalidade, porque não é isso que se está discutindo, mas aqui o que está pegando é a retirada da palavra “preferencialmente” e colocando a água no seu devido lugar, como bem público, bem da natureza, bem do cidadão, que tem que ser administrado sem visar lucro, tem que ter o benefício social, tem que ter o Poder Público, que é o arrecadador, usando esse recurso para poder minorar a questão de saneamento, de água para levar para as favelas, para quem não pode pagar, para quem não tem dinheiro para pagar a ligação de água dentro de casa.

Então, vamos estabelecer um critério: não existe inconstitucionalidade, e se ela tiver que existir, vamos discutir nos Tribunais. A inconstitucionalidade só existe a partir de ser provocada e concedida. Até lá, minha gente, não vamos discutir essa questão, mas vamos ver, sim, qual é o objetivo principal da defesa da manutenção da Constituição, como é, que é permitir que possamos continuar ou fazer a privatização da água, que não pertence a ninguém, mas pertence ao cidadão do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Senhoras e senhores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Sr. Presidente.

Estou votando pela inconstitucionalidade da PEC, primeiro porque acho que a PEC nº 022 está perfeitamente correta. Ela que diz o seguinte no artigo 3º: *Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados preferencialmente por pessoas jurídicas de Direito Público ou pela sociedade de economia mista sob o controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.* Ou seja, já existe uma preferência pela SANEPAR. Para que a iniciativa possa realizar o serviço, terá que apresentar na sua licitação serviços muito melhores do que o da SANEPAR, senão não vai ganhar a licitação em hipótese nenhuma.

Antes de entrar nessa questão precisamos dizer que a PEC não foi avaliada pela CCJ. Se ela fosse avaliada pela CCJ, seria rejeitada pela sua constitucionalidade. Ela realmente é inconstitucional, porque é de competência exclusiva dos municípios. E quando se estabelece a preferência pelos serviços da SANEPAR, estamos realmente preferindo a competência dos bons técnicos, dos bons profissionais da SANEPAR. Isso tudo é extremamente importante, mas não podemos, em hipótese nenhuma, negar a livre concorrência, porque aqui se falou muito em água, que é bem público, da preocupação com o bem público que é a água, mas esqueceram de falar do povo, esqueceram de falar que o monopólio prejudica diretamente o cidadão. Nenhum monopólio é bem visto pelo nosso povo, todo mundo sabe que quando uma empresa monopoliza serviços, esses serviços não são condizentes, existem problemas sérios, e vai reclamar para quem? Só existe uma empresa. E quando se existe concorrência, senhoras e senhores, existe, sim, valorização profissional.

Nessa semana que passou, funcionários da SANEPAR estavam pretendendo entrar em greve porque não existe a valorização devida por parte do Governo para os seus funcionários, e uma grande parte dos funcionários da SANEPAR recebe R\$ 500 reais. Agora, o que estamos votando nessa discussão histórica na Assembleia Legislativa é que vamos retirar a palavra preferencialmente e com isso só vai existir a possibilidade da SANEPAR, ou então de uma autarquia municipal, executar o serviço. E nas discussões, e até mesmo nas entrevistas, alguém me perguntou: “Marcelo, um Prefeito foi para a cadeia porque fez maracutaia com uma empresa de iniciativa privada, e foi punido com a jaula, com a cadeia”. Aí eu falei: mais um motivo para defender o meu posicionamento. Porque nesse caso, o Prefeito foi para a cadeia e eu gostaria de saber: e se existisse maracutaia na SANEPAR, quem é que iria para a cadeia? Quem? Vai o funcionário, mas o verdadeiro responsável não.

Portanto, não posso, em hipótese nenhuma, votar algo inconstitucional, e não posso cercear o direito do povo, do cidadão, que através do seu Prefeito pode fazer uma licitação extremamente correta, lícita, de interesse público, para baratear o valor do saneamento, melhorar os serviços.

Para terminar, Sr. Presidente, gosto muito de ouvir o Deputado Caíto Quintana, é um senhor Deputado, ele tem argumentos fantásticos, mas gostaria de dizer que a iniciativa privada, ao contrário do que o Deputado falou, não irá fornecer água para os pobres; terá sim, e deve fornecer água para os pobres se isso estiver contido na licitação. Somente dessa maneira poderá vencer a licitação da empresa que preferencialmente, segundo a Emenda nº 022, tem a prerrogativa, que é a SANEPAR.

Era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje vamos fazer uma votação corrigindo o que aconteceu quando votamos essa PEC em 2007 e que na mensagem do Governador não trazia a palavra preferencialmente. Trazia que os serviços públicos de saneamento e abastecimento de água serão prestados por pessoa jurídica de Direito Privado. O preferencialmente foi colocado na Comissão Especial. Quando votamos uma PEC, não passa por CCJ. É constituída uma Comissão Especial com os cinco maiores partidos indicando seus representantes, tem 30 dias para fazer a análise. Se faz a 1ª votação com 33 votos e depois, por cinco Sessões, mais uma nova votação com 33 votos. Foi isso o que aconteceu.

A mensagem original não trazia preferencialmente. E, quando votamos o que está na Constituição hoje, que é o artigo 210-A, que é o que está sendo alterado, diz o seguinte: *A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento é um direito fundamental humano.*

Então, não há o que discutir. Estamos votando um projeto que corrige uma distorção, por razão simples, quanto tempo a SANEPAR leva para fazer o projeto e a execução? Provavelmente, muito mais que um mandato de Prefeito.

Por isso que não podemos entregar para uma empresa. Seria uma falta de bom senso entregarmos aquilo que demanda de um longo tempo, e que é obrigação do estado. Embora tenha sido dito que é inconstitucional, mas não é. Não há inconstitucionalidade, tanto que votamos e até hoje não houve questionamento.

No seu inciso IX diz: *É competência comum da união, estado e município.* O que estamos fazendo aqui não é tirar o direito do município de constituir uma empresa que possa explorar a água e o saneamento. Ao contrário, podem fazer, mas só no município e não entregar para empresas particulares.

É importante lembrar que:

(Lê):

“O acesso à água é um direito humano fundamental. O abastecimento de água e o saneamento devem ser serviços públicos prestados pelo estado. Estas são proposições da Plataforma Global da Água, documento elaborado por uma articulação de movimentos sociais do mundo inteiro, e são uma reação à onda de privatizações dos serviços públicos que transformam a água de um bem público em mercadoria.

A África do Sul e o Uruguai já incluíram, nas suas Constituições que a água não pode ser privatizada. A Frente Nacional de Saneamento Ambiental apresentou ao Congresso um documento com 720 mil assinaturas contra a privatização da água no Brasil. Não podemos abrir mão de que todo brasileiro tem direito à água potável de qualidade, mesmo se não tiver dinheiro para pagar.

A iniciativa mais expressiva talvez seja a do Governo do Estado do Amazonas, que em junho de 2000 leiloou a Manaus Saneamento, responsável por 96% das

atividades da Companhia de Saneamento do Amazonas. Quem comprou a Manaus Saneamento foi a transnacional francesa Suez-Lyonnaise. Pagou R\$ 180 milhões, mas 50% destes recursos foram financiados pelo BNDES. Segundo especialistas, estes recursos teriam sido recuperados pela empresa em apenas 14 meses de operação. A fonte destes recursos são as tarifas pagas pela população.

A privatização da água é um processo que ganha escala em todo o mundo. Em 1980 eram 12 milhões de domicílios. Hoje são 600 milhões. Os países pioneiros são a Inglaterra, a França, o Chile. Com o discurso das PPP (Parcerias Público-Privado), que não têm nada de brasileiras, quatro grandes multinacionais - com o respaldo das agências multilaterais de financiamento - avançam sobre os serviços públicos de saneamento básico no mundo inteiro. São elas: Ondeo, uma filial da Suez-Lyonnaise, com 125 milhões de clientes; Veolia (ex-Vivendi), com 110 milhões de clientes; Saur, com 29 milhões de clientes. A estas três companhias francesas se soma a RWE alemã e a sua filial inglesa, a Thames Water.

O resultado destas privatizações é um aumento exorbitante no preço da água. Em 1995 a empresa Générale des Eaux (veolia) ganhou o leilão de privatização da água na província argentina de Tucumán. Ao assumir os serviços, a empresa aumentou em 104% o preço dos serviços. Em 2002 a empresa norte-americana Betchel assumiu o controle dos serviços de água da Cochabamba, na Bolívia. Em semanas a empresa triplicou o preço dos serviços para as famílias mais pobres.”

Não é preciso dizer mais nada, Se quisermos, de fato, que água e saneamento, que são bens públicos, que podem quando utilizados ser bens que impedem que a nossa população fique doente, não pode estar na mão da iniciativa privada. Tem que ser feita pelo estado. É por isso que vamos votar favoravelmente. Acho que é possível que nos lembremos também que as estimativas feitas pelo Ministério das Cidades diz que são necessários 178 bilhões para universalizar o serviço de água e esgoto até 2020. Ora, qual é a empresa privada que vai investir alguns bilhões de reais, a um custo como é cobrado hoje pela SANEPAR, para ter universalidade? Não vai. Vai levar água e vai levar esgotamento sanitário apenas àqueles que podem pagar. O histórico de investimento de saneamento básico do Brasil, diz que nos anos 70 foi de 0,34% do PIB; nos anos 80 foi de 0,28% do PIB; nos anos 90 foi de 0,13% do PIB; em 2003 foram gastos apenas 60 milhões; em 2004 818 milhões.

Srs. Deputados, estamos fazendo aqui um pacto para o futuro do estado do Paraná e da sua população. Não é possível que não entendamos que temos que ter empresas públicas, sejam elas estatais, enquanto estado, ou municipais, mas administrando prioritariamente o sistema de água e saneamento.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, um dia eu estava com a tevê ligada vendo um documentário da BBC de Londres. Eles mostravam o globo terrestre e o que leva o ser humano a escolher uma determinada região do planeta para viver, para habitar. Ficou a expectativa no ar, eu mesmo dei a minha resposta, a minha filha também: tem que ter escola, hospital, tem que ser uma cidade bonita. Nada disso. Um documentário muito bem feito mostrou que nós, seres humanos, inicialmente, escolhemos o local para habitar em relação à água. Vi o documentário de uma caravana de nômades do nordeste, que de repente se encontrou com outra caravana e o Chefe da caravana de cá era primo do Chefe da outra caravana. O Líder da outra caravana implorava, pelo amor de Deus, água, água, água. O Líder da caravana de cá tinha água suficiente, mas o poço mais perto, no nordeste, estava a quase 300 quilômetros de distância. Aquele Líder: “Não dou a água, porque a água que está sobrando agora, daqui a pouco pode faltar. E eu e todo o pessoal aqui da caravana vamos morrer de sede.”

Presidente, quando assumi o cargo de Prefeito de Londrina, a cidade tinha nas portas das funerárias, caixão de defunto. Vendiam para você pagar agora e morrer depois. Tinha até anúncio: “Pague agora e morra depois!” A pessoa se internava no hospital e ficava um “papa-defunto” rondando o hospital e, por exemplo, entrava no quarto 101 e 104. De madrugada ligava para a funerária dizendo: “O paciente do 101 toma o chá da meia-noite”. Era uma guerra, como tem até hoje algumas cidades, para poder vender o enterro. Porque vender caixão de defunto para as funerárias particulares é como vender geladeira, fogão, sofá, casa, apartamento. Eles chegam a colocar olheiros no hospital. Quem está doente fica contente: “Nossa, o cara veio me olhar às 3h da madrugada”. Estava olhando para ver se vai faturar o enterro ou não naquela madrugada.

Presidente Nelson Justus, por que estou contando a história das funerárias que fechamos todas e criamos um único serviço municipal? Quem não pode pagar, não paga nada; quem quer escolher, tem lá a tabela. Antes não, eles tiravam tudo o que a pessoa tinha. Pagavam o olho da cara, um absurdo!

Dito isso, Presidente Nelson Justus, eu com 40 anos de política, já vi no noticiário essa história de água e esgoto, alguns maus políticos usam esse setor tão importante para fazer caixa político, para fazer a campanha de Prefeito, de Vereador, de Deputado.

Por isso, quero dar os parabéns ao Deputado Nelson Justus, ao Deputado Alexandre Curi. Não vou entrar no aspecto constitucional, não constitucional. Estou discutindo que essa matéria é de extrema importância. Você entrega um serviço de água e esgoto no seu município, o

Prefeito vai entregar para um picareta que não tem a mínima noção do serviço que vai executar, acaba dando tudo errado, a população fica chateada. Se temos a oportunidade, a própria Prefeitura, através de uma empresa de economia mista, cuida desse setor. Ou se temos a SANEPAR, que é uma grande empresa.

Quando comecei a minha eleição de Prefeito, íamos à favela inaugurar uma torneira de água e tinha até banda de música. O povo colocava a faixa: “Obrigado, Belinati”, ou Richa, que era Prefeito. Agora, isso já deixou de ser cata-voto pelos políticos, porque graças à competência do pessoal da SANEPAR, tem água em todo Paraná, na casa do rico, do pobre, do remediado.

Parabenizo a equipe valorosa da direção, dos funcionários da SANEPAR, nosso respeito e Presidente, vou votar a favor desta medida, porque quero, como V. Exa., que se dê um baita de um carreirão nos picaretas que querem fazer caixa política usando um setor tão importante que merece respeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, para encaminhar Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui os Diretores, os servidores da SANEPAR, dizer que apesar de discordarmos da PEC, temos respeito pelo corpo técnico da SANEPAR.

Mas, Sr. Presidente, vivenciei dentro desta Casa um episódio que lembrei agora e quero recuperar a história, até para se fazer justiça. Um determinado dia estávamos numa votação, V. Exa. não estava aqui, Deputado Rangel, que interessava muito ao Governo. E de repente, circulou por aqui um senhor que era Secretário da Casa Civil, Dr. Pretextato. Um homem de respeito. Dali a pouco, a Oposição, liderada por Orlando Pessuti, Caíto Quintana e outros, bons Parlamentares, inteligentes, foram para a tribuna e colocaram o Dr. Pretextato a correr daqui, porque ele estava interferindo na votação.

Hoje até achei aqui, e não quero que levem como forma de desrespeito, vejo circulando aqui Diretores da SANEPAR e não vejo como anormal, quero que permaneçam aqui, porque merecem o nosso respeito, mas vejam como é a Oposição de hoje e como era a Oposição de ontem, porque às vezes sobem na tribuna e nos chamam de radicais.

Quero dizer ao Dr. Stênio que permaneça aqui, ao nosso ex-Parlamentar e companheiro, e sempre nos respeitamos, foi Líder do Governo, até achei que teria hoje aqui uma prestação de contas da PAVIBRAS, dos seguros frios que tínhamos levantado, mas infelizmente não era esse o assunto, mas continuamos com o mesmo respeito e pode permanecer aqui, porque aqui é a Casa do Povo. Aqui todos têm o direito de falar e serem ouvidos. Mas, faço o registro para recuperar uma página da história, porque um cidadão foi colocado a correr daqui, errou até

a porta da Assembléia e foi injusta aquela atitude, porque estamos aqui aceitando, é um direito correto de dirigentes da SANEPAR expor para os Deputados uma PEC de importância.

Srs. Parlamentares, depois deste registro, Deputado Nelson Justus, o encaminhamento desta PEC, me desculpe, estão nos induzindo pelo lado emocional. Não estamos tratando apenas da água. Não estamos apenas tratando da água e também, me desculpe discordar de alguém aqui que fala de picaretagem, a princípio, não podemos dizer que se ficar na atribuição do município vai haver picaretagem. Estamos com o julgamento totalmente equivocado. Acredito que qualquer Deputado que se eleja Prefeito vai ter a dignidade suficiente e a competência suficiente para cuidar da questão municipal.

Então, é a forma que está sendo conduzida, está equivocada. Não estamos tratando e eu vi aqui, a água é nossa, a água é da natureza, bonito, mas não estamos tratando da água. Vamos agora tratar do saneamento básico? Aí vamos estar tratando da PEC. Não vamos levar pelo lado emocional. É o mesmo que você ir num velório e falar do defunto. Nunca vi acontecer isto. Estamos aqui levando a questão desta PEC para o lado emocional e pelo lado da água. Estamos tratando do saneamento básico.

Pergunto aqui: primeiro, se estivéssemos tratando da água, o Governador não podia estar autorizando PCHs por aí, porque daí entrava nessa legislação e as PCHs são particulares, não são públicas. Então, não é água. Estamos tratando de saneamento básico.

Outra coisa, Deputado Caíto, me permita discordar, porque V. Exa. sabe o respeito que tenho por V. Exa., mas a grande verdade desta questão, primeiro, estamos ferindo a autonomia dos municípios. Segundo, quem legisla sobre isto é a união, e já tem as normas. Terceiro, o estado pode, podemos legislar sobre as regiões metropolitanas. Não podemos estar aqui ferindo a autonomia dos municípios.

Amanhã, Sr. Presidente, se elege o Deputado Elio Rusch Prefeito de Marechal Cândido Rondon. Não podemos deduzir que esse Prefeito não tenha competência, não tenha lisura para resolver o problema. A pergunta que se faz, e quero traçar aqui um comparativo para esclarecer o meu voto, se estabelecermos que apenas o Poder Público - estamos colocando preferencialmente - quem levantou esta questão lá na CCJ, na hora em que discutimos isto, esta questão de preferencial, para não engessarmos.

Pergunto para o município - eu cito 50 municípios que tem zero de tratamento de esgoto, zero - agora eu pergunto: será que esses municípios preferem ter zero de tratamento de esgoto, ou ter...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. conclua, por favor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, acho que há um pequeno equívoco de V. Exa., porque são 10 minutos, mas vou procurar concluir rapidamente.

O que eu penso e imagino: não estamos privatizando a água. Vamos parar com essa história, parece que estamos querendo tomar a água do povo e deixar o povo com sede. Não, estamos tratando do saneamento básico.

Por que é que a SANEPAR até hoje não chegou em todos os municípios do Paraná? Não são todos paranaenses? Será que não poderíamos deixar essa atribuição aos Prefeitos Municipais? Porque estamos ferindo a legislação aqui, a autonomia dos municípios, aqueles municípios que tem zero de saneamento. Cito aqui municípios que têm zero de saneamento: General Carneiro, Bituruna, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin e vou pelo mundo adentro. O Poder Público tem competência de chegar rápido nesses municípios? Não têm.

Além de ser inconstitucional a lei, esta emenda, esta PEC também é inconstitucional e estamos aqui tirando o direito de alguns municípios que não têm o saneamento básico, de tê-la.

Vou citar aqui um exemplo: quando cheguei a Curitiba há 17 anos atrás, estou no 5º mandato, a primeira coisa que fiz aqui, comprei um apartamento; a segunda coisa que fui atrás, telefone. Sabe quanto custava um telefone naquela época? Um carro 1.0, era um Fusca, era um Gol 1.0 de hoje. Eu disse: é muita grana! Um primo meu me emprestou um telefone, porque ele alugava, mas para mim ele fez uma cortesia. Daí passou cinco anos, seis anos, sete anos, 10 anos, 12 anos, eu procurei o meu primo. Vou devolver o telefone. Ele disse: "Pode ficar, porque o telefone não tem mais valor".

Por isso que tenho e defendo que há certas questões que não podem ser tratadas emocionalmente na direção da água, do meio ambiente. Estamos tratando da questão de saneamento básico. Está aí um exemplo, a questão da telefonia. Ah, mas a telefonia não é a água. Não estamos tratando da água. Todos os paranaenses, como nós temos o saneamento básico, temos o direito.

Por isso, Sr. Presidente, vou votar contra a PEC, porque acho que estamos aqui mais discutindo uma questão ideológica, do que uma questão de interesse dos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Pela ordem, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Não quis interromper o discurso do Deputado Valdir Rossoni para não ser indelicado, de pedir pela ordem quando está falando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No encaminhamento não caberia aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Não, eu iria questionar V. Exa., porque ou é cinco minutos para todos. O painel ficou...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Então que não aconteça mais para os demais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é natural, que eu sou aluno do professor Caíto e ele sabe o respeito que eu tenho. Mas, há um equívoco da Mesa, regimentalmente são 10 minutos.

Por isso que o Deputado Nelson Justus até tentando que a votação seja mais rápida, que a tendência é se alongar, então quero dizer, Deputado Caíto, que não infringi o regulamento, respeito o Regimento, mas acato a sua observação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi, por cinco minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo pela tolerância com que se portou em relação aos oradores que me antecederam. V. Exa. já limita o meu tempo, cinco minutos e eu me submeto a ele. Mas na realidade o Deputado Valdir Rossoni deve ter falado pelo menos uns 15 minutos.

Sr. Presidente, não vim aqui para falar a respeito da constitucionalidade que me parece em relação a essa PEC. Gostaria de fazer alguns comentários, primeiro em relação a um ex-Diretor da SANEPAR, ou do Governo, que saiu, conforme afiançaram, corrido da Assembléia Legislativa. Acho que ninguém aqui quis forçar ninguém a ir embora. Nós do MDB, do PMDB, nós do Governo temos a democracia como o prato do dia, mas a praticamos todos os dias.

Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: o Exército Americano é que cuida das hidrelétricas norte-americanas, logicamente pela importância que a água tem na vida de todos nós. Queria dizer aqui que na década de 70, quando assumi pela primeira vez a Prefeitura Municipal de Arapongas, e sendo alguém que olhava para o futuro, fiz com que houvesse, por parte do município, a concessão do serviço de água, coleta e tratamento de esgoto à SANEPAR. Há pouco tempo o Governador Requião foi lá para renovarmos a concessão que eu tinha feito há 30 anos. Lembro-me que falei: Governador, estou aqui depois de 30 anos, com o sentimento que acertei totalmente, fazendo a concessão dos serviços à SANEPAR.

Essa é a posição do meu partido. O Requião fez uma proposta ao povo do Paraná: “Olha, o Poder Público deve estar presente, muito presente nas questões dos portos, das estradas, da energia, da água.”

É o que estamos fazendo. Lembro-me que tínhamos, se não me engano, do Governador Lerner, apenas e tão somente 8 mil famílias incluídas no Programa Tarifa

Social da Água. Hoje, 1 milhão e 400 mil paranaenses se beneficiam dessa política pública do Governo Requião.

Então, é só estabelecer um paralelo. Será que aqueles que querem fazer da água instrumento cada vez maior para o seu lucro estariam fazendo investimentos como a SANEPAR, em distritos, em pequenos municípios, onde na realidade monetariamente se tem prejuízo, mas se tem um grande lucro social? Não. A iniciativa particular não iria fazer intervenção onde ela não vê o lucro à sua frente. É por isso que temos essa posição histórica, permanente e imutável. Somos favoráveis à PEC e quero cumprimentar a SANEPAR, que é um patrimônio do povo do Paraná.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa Requerimento nº 1634, de autoria do Deputado Romanelli, constante do expediente solicitando a prorrogação da presente Sessão por mais duas horas. **Aprovado.**

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Para encaminhar o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, para encaminhar, na sequência, já tivemos a discussão, agora passando a votação gostaria de encaminhar a questão constitucional novamente, até por uma questão de ordem, porque a situação tem errado o alvo quando fala do mérito e hoje não estamos falando na questão do mérito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerramos a discussão e passamos à votação, mas vamos permitir que V. Exa. encaminhe.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro agradecer o espaço, eu já estava inscrito há algum tempo, mas ouvi a todos para poder vir aqui falar. E muitas pessoas experientes, com algum tempo de mandato, de vida pública, tanto do lado de lá quanto do lado de cá, alguns falaram lá em constitucionalidade, outros falaram em inconstitucionalidade, então quando se fala em projetos aqui, eu participo da CCJ, alguns projetos se fala que são inconstitucionais, mas se aprova, vale e beneficia a população. Outros que, às vezes, são constitucionais, também se aprova ou não se aprova. Enfim, fico em dúvida sobre esta questão da constitucionalidade. Depende muito da opinião, da forma que se entende. Os próprio advogados, um alega constitucionalidade, outro alega inconstitucionalidade, e aí fica a discussão.

O que eu penso e qual será o meu encaminhamento com relação a essa iniciativa? Tem muita coisa que não concordo com o Governador Requião, tem muita coisa,

faço aqui oposição nesta Casa, o nepotismo, por exemplo, é uma delas, eu não concordo. Mas na questão da água eu concordo, porque acredito e aí vamos estar falando de iniciativa privada, podem até dizer que vai reduzir a tarifa quando se trata de iniciativa privada. Conheço alguns exemplos e não vejo assim, até porque quando se fala em saneamento e em esgoto, principalmente, conheço municípios em que é mantido pela iniciativa privada, mas o esgoto não está sendo atendido.

Então, quero encaminhar e aqui não é uma questão partidária, nosso partido também se divide nessa questão, então não se trata de Situação ou Oposição, mas sim do meu pensamento, da minha opinião. Quero defender aqui a minha opinião, é favorável à PEC, por quê? Porque acho que o Governo tem que intervir em algumas coisas, a questão da Educação, por exemplo. Na Educação, acho que o Governo deve investir cada vez mais para preparar as pessoas e dar condição para as pessoas que não têm condição de se prepararem para este mundo que vem cada vez mais competitivo. A questão da Saúde, também defendo, vocês sabem a questão das Santas Casas, porque beneficia as pessoas, principalmente as mais pobres. E agora a questão da água, não se trata de projeto de Governo ou de Oposição.

Claro que tenho aqui algumas questões em relação à SANEPAR, torço pelos funcionários da SANEPAR, principalmente aqueles que fizeram concurso público, que estão lá e lutam por um melhor salário, condições melhores de trabalho, porque acreditaram e quando fizeram o concurso foi acreditando naquele projeto ou naquele sonho de vida para dedicar a sua vida àquela causa. Por isso merecem valorização e sei que o Governo, às vezes, não valoriza o funcionário público da forma que deveria valorizar, ou da forma que eles esperam, pelo menos.

Levantei aqui a tabela de tarifa de saneamento básico da SANEPAR, na tarifa social que o Governo ampliou, e na verdade ampliou mesmo, e cada Governo que entra deve melhorar mais ainda a questão da tarifa social. Acho que não deveria, por exemplo, ter a taxa mínima, que deveria ser cobrado o que se consome. Não deveria ser cobrada taxa mínima de pessoas que até não consomem, até porque, às vezes, tem pessoas que gastam mais água para poder usufruir a tarifa mínima: já que vai pagar, joga a água fora.

Vi aqui o balanço da SANEPAR. A SANEPAR está divulgando aqui um lucro, se pegar a tabela da evolução da receita dos últimos anos a tabela é progressiva, ela vem melhorando. Só que o balanço que mais me interessa não é o balanço, efetivamente, o lucro da SANEPAR. Na minha opinião, quando se trata de água, o lucro deve ser quanto mais pessoas forem atendidas e no menor custo. Quando se fala em Governo, o Governo que se estabelece, qual seja ele, deve priorizar as pessoas que mais precisam de Governo. Esta é minha opinião.

Portanto, ações que o Governo Roberto Requião vem fazendo, mesmo na SANEPAR, que eu não con-

cordo, ele deveria reduzir a taxa mínima, deveria reduzir a taxa de esgoto, porque a SANEPAR está tendo lucro e não deveria ter tanto lucro. O lucro deveria separar as pessoas e a valorização para outros funcionários, principalmente aqueles que fizeram concurso público e de carreira. Mas, como o Governo muda a cada quatro anos, temos ainda esta esperança, com o próximo Governador, que possamos melhorar ainda mais na questão social.

Então, meu voto vai ser a favor da PEC, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero colocar em votação se todos concordam que os Deputados Fernando Ribas Carli Filho e Edgar Bueno sejam os últimos Deputados a usar da palavra. É uma proposição da Mesa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pode encaminhar, não tenho como impedir. Vamos cumprir o Regimento Interno.

Com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Para Encaminhar**)

Agradeço, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, o que não podemos, na votação de hoje, é distorcer o que está sendo discutido, é mudar o foco da discussão que está sendo feita hoje. Não está em discussão a relevância social das tarifas das SANEPAR ou a maneira como a SANEPAR atende aos cidadãos paranaenses. Temos muito respeito por este trabalho que é exercício pela SANEPAR, pelos seus funcionários, pelo seu corpo técnico. Existem problemas? Existem problemas, mas este não é o foco.

Hoje, Srs. Deputados, estamos votando a constitucionalidade de uma matéria e estou aqui defendendo a soberania da nossa Constituição e gostaria do apoio de V. Exas. antes de se aterem ao mérito - e não o farei, porque o Regimento Interno não permite que discutamos o mérito hoje - deveríamos, como legisladores, como Parlamentares eleitos pela população, guardar a Constituição Federal, seguir o que está escrito na nossa Carta Magna, que não permite uma prerrogativa que compete aos municípios seja cerceada, seja tomada pelo estado.

Mas não vamos mais falar do artigo 30 da Constituição Federal, que foi duramente criticado, é um artigo claro, sucinto, cristalino, que V. Exas. conhecem e deveriam resguardar. Mas, vamos falar do artigo 170, a segunda inconstitucionalidade desta matéria, dos princípios gerais da ordem econômica, que diz a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a toda existência

digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios, e eu defendo o inciso IV, da livre concorrência de mercado.

V. Exas. estão cometendo um erro gravíssimo ao usurpar a livre concorrência de mercado, num estado democrático de Direito. V. Exas. são Parlamentares, Deputados Estaduais do Paraná e estão usurpando a Constituição. Votem e aprovem a PEC. Usurpem a Constituição. Rasguem a Constituição que, com tanto respeito e com tanto trabalho foi feita, para reger nossa nação.

Está errado. Não podemos mudar o foco. A discussão não é a tarifa social. A discussão hoje não é se a SANEPAR serve ou não serve para os municípios. Não estamos discutindo o mérito dessa questão, não devemos entrar nesse assunto. V. Exas. erram o alvo. V. Exas. devem prezar pela constitucionalidade de uma matéria, que é duplamente inconstitucional.

Então, peço a atenção dos Srs. Parlamentares, do Líder do Governo, Deputado Romanelli, do Líder da Oposição, Deputado Rossoni, pois em uma matéria séria e de relevância fundamental os Líderes não podem se ausentar e não podem usurpar a Constituição do nosso estado.

Era isso, Sr. Presidente. Faço o apelo para que V. Exas., no mínimo, leiam a Constituição Federal e a defendam.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

Apenas lembrando os Srs. Deputados que no caso de uma emenda constitucional temos apenas duas votações, portanto não há a preocupação da constitucionalidade. Por isso não passou pela CCJ, mas passou, sim, por uma Comissão Especial.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, em que pese o respeito que tenho pelo Deputado Ribas Carli, só gostaria de responder a ele que lemos a Constituição. Ele está pedindo para que leiamos a Constituição e a respeitemos. Nós lemos a Constituição, juramos respeitá-la, mas tempos pontos de vista divergentes. Apenas gostaria de lembrar o Deputado que, por exemplo, a SANEPAR não pode abrir shoppings, livrarias e supermercados, mas o dono do supermercado, se mantivermos a lei como está, pode montar uma empresa e concorrer para fazer saneamento. Há uma diferença grande do ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria de concordar com aquilo que falou o Ribas Carli, gostaria de concordar com aquilo que disse aqui desta tribuna o Deputado Valdir Rossoni e não podemos, de maneira alguma, desconhecer a flagrante inconstitucionalidade dessa PEC. Não se pode desconhecer isso! Porém, é necessário que a nossa sensibilidade supere isso e que se possa colocar também uma dificuldade na voracidade desses empresários, que não sabem o que é água, não entendem de água, só têm dinheiro, e muito dinheiro, e querem tomar conta desse que é um patrimônio da nossa população. A SANEPAR, com todo os seus defeitos, é uma empresa exemplo para o Brasil, pois se modernizou e realmente está conseguindo levar água à nossa população e, principalmente, estimulando a taxa social, que é aqueles que não podem pagar a sua água.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, sabemos das pressões que muitos Prefeitos dos municípios têm com referência à questão de licitações. Para que os senhores tenham idéia, em Cascavel celebramos um contrato com a SANEPAR: primeiro, o que era de 30 anos, baixamos para 20, e em segundo, que se a SANEPAR do Paraná for privatizada, imediatamente todo esse patrimônio volta gratuitamente para o município de Cascavel. Isso faz parte do contrato. Buscamos outros benefícios e também um cronograma para colocar Cascavel na igualdade com cidades de Primeiro Mundo, chegando a 80% e depois 90% do saneamento básico e 99,99% da água tratada a todas as famílias cascavelenses. Sabemos também que as cidades pólo pagam para manter a região de cidades vizinhas pobres e isso é necessário, isso é equilíbrio social, ou então vamos fechar as cidades vizinhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero primeiro restabelecer aqui, e tenho certeza que pode ter sido um equívoco, quando eu falei que no Governo anterior um dia a Oposição colocou a correr daqui, não foi um Diretor da SANEPAR, foi o Chefe da Casa Civil, que estava aqui numa votação importante. E é verdade, se formos observar, não pode estar circulando aqui, mas achamos no momento que eles tinham razão, o termo atropelado foi uma forma de explicar, contar o que ocorreu naquela data. Então fica aqui explicado, até porque o Deputado Waldyr tem uma retórica muito brilhante, e para restabelecer a verdade.

A questão que estamos discutindo e que eu falei, eu vou sintetizar, há de se justificar para os municípios do Paraná. Ora, gente, eu pergunto aqui ao Líder do Governo: quantos Diretores tem a SANEPAR? Ganhando 15, R\$ 18 mil? Nós tínhamos que começar aqui nessa PEC fazer economia na SANEPAR. Essa é a grande rea-

lidade que vivemos na SANEPAR, deve ter uns 15 mais ou menos. Eu pedi para a minha assessoria para eu contar quantos Diretores tem, e ganhando mais que o Governador. Será que essa não é a forma de começarmos a corrigir os rumos da SANEPAR? Não adianta querer amputar aqui, ter um posicionamento contrário. E se fôssemos aqui todos cordeirinhos, ou favoráveis à PEC, não quero usar essa palavra pejorativa, se fôssemos todos favoráveis, não estávamos aqui ouvindo que tem muitos municípios no Paraná que têm saneamento zero. “Mas se for privado, não vai chegar no distrito”. Que história é essa? Se não chegou na sede do município. Temos municípios que não têm isso. Agora, estamos aqui tirando o direito do Prefeito Municipal.

Olha, hoje aqui o Deputado Tadeu Veneri fez um pronunciamento importante. Poucos se posicionaram contra uma lei encaminhada pelo Tribunal de Contas, e alertamos que o Governador iria vetá-la. E hoje o que aconteceu? O Governador vetou. O que vai acontecer com essa PEC? Vamos aprová-la, já está aí, é evidente, aí um Prefeito vai sentir que o seu município está sendo prejudicado, vai alegar a inconstitucionalidade, vai conseguir, e tudo o que fizemos aqui parece que passamos batido.

Então, o que queremos dizer, ninguém é contra água, ninguém quer privatizar água, ninguém quer privatizar a SANEPAR; o que nós queremos é deixar isso transparente de que não estamos engolindo algo que é inconstitucional e que será derrubado na Justiça. Ponto final. O restante que nós conversamos aqui, pode ser conversado, pode ser debatido, pode ser falado do mérito, podemos ter posições ideológicas diferentes, mas que tem que ficar claro que alguém vai alegar a inconstitucionalidade. E estamos ferindo, estamos usurpando dos nossos poderes, não podemos legislar sobre essa matéria.

É este ponto que quero deixar registrado a todos os Srs. Parlamentares para que no futuro, como é o caso hoje da lei do Tribunal de Contas, que nós alertamos, votamos contra, muita gente mostrou o biquinho aqui para mim, ficou nervoso, ficou bravo. Eu disse: não adianta, o Governador vai meter a caneta, ele vai vetar. Por quê? Porque não pode, não deve, é contra os princípios morais. Agora, estamos alertando, é inconstitucional, e vamos ver isso acontecer aonde? Na Justiça. Pelo menos que fique registrado nesta Casa, que entendemos assim. Nós fomos buscar, estudar essa matéria, essa PEC. Temos certeza e estamos convictos que estamos votando algo que estaríamos votando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

Encerrada a votação. Trinta e oito votaram SIM e seis NÃO.

Está aprovada.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 499/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli Neto, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis - Pró Móveis. **Aprovada. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Vagner Nunes, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 056/08, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Beltronense de Bolão - ABBEL, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/08, de 27/05/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede título de Cidadão Honorário ao Doutor Paulo Sakai. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a Lei nº 7617, de 21/06/82, que declarou de utilidade pública a “Sociedade Irmãs Franciscanas do Coração de Jesus” com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 077

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - ação social de Paulo Frontin, estado do Paraná, com sede no município de Paulo Frontin, e foro na comarca de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1570, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1585, de autoria do Deputado Elio Rusch com apoioamento dos Deputados Ademar

Traiano, Tadeu Veneri, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero encaminhar contrariamente a aprovação do requerimento, porque ele é feito exclusivamente para promover um debate político, sobre um tema que entendemos já aprofundado e discutido aqui nesta Casa.

Fiz uma proposta à Bancada de Oposição e entendo que em não aceitar a proposta que fiz, ela de fato não quer promover desgaste político e não quer esclarecer os temas como eles devem ser discutidos. Porque discutimos aqui muito o tema que envolvia o ParanaPrevidência, por duas semanas. O interessante que eu disse à Oposição para que encaminhassem os requerimentos formulados, com fundamentos para que possamos através dos pedidos de informação esclarecer aquilo, de forma que a Bancada de Oposição quer saber e eventualmente também a Casa quer saber. Mas não, à Bancada de Oposição nenhum pedido de informação, Srs. Deputados. Chama a atenção especialmente dos companheiros que compõem a base do Governo. Porque o debate que a Oposição pretende fazer aqui é para discutir, fazer aquela política que não é a favor do interesse público. Na verdade é uma política que envolve processo eleitoral, uma discussão sobre alguns temas que talvez não sejam confessáveis.

Ao mesmo entendo que para nós é importante que possamos encaminhar os pedidos de informação. Já disse à Oposição, comuniquei ao Líder da Oposição, ex-Líder do Governo nesta Casa que faríamos através do pedido de informação. Mas ao mesmo tempo quero encaminhar contrário à aprovação do requerimento e peço que esta Casa rejeite. Não apenas a nossa base, mas os Parlamentares que têm de fato um sentimento que temos que preservar aquilo de bom que temos, as boas instituições, os bons órgãos, a ParanaPrevidência é um grande exemplo. Não deve ser ele objeto das manchetes sensacionalistas, da mídia irresponsável, que muitas vezes para poder de fato querer criar constrangimento, cria manchetes enganosas, uma insegurança no meio do servidor público, que merece o nosso respeito. Se a Oposição quer fazer os pedidos de informação, que os faça. Ou então, que utilize a Comissão de Fiscalização desta Casa, que é uma Comissão Permanente, com força de requisitar, convocar, ouvir se for necessário. Mas que o faça de uma forma coerente.

Era isso, Sr. Presidente, para rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, primeiro pedir a permissão ao Líder do Governo para fazer uso deste microfone tão nobre, usado por ele.

Fico extremamente preocupado, é que cada vez que a Oposição - é uma proposição do Deputado Elio Rusch, mais do que justa. Porque tem um Diretor da SANEPAR denunciando, falando, alertando para a gravidade da situação da ParanaPrevidência. O que ocorre? O que o Deputado Elio Rusch quer? O Deputado Elio Rusch na verdade quer se aprofundar neste assunto, as possíveis irregularidades, para que traga à luz do dia para esclarecer porque está em jogo o futuro da aposentadoria dos servidores públicos do estado. Se verdadeiras as afirmações do ex-Diretor da ParanaPrevidência nomeado em cargo de confiança pelo Sr. Governador, se verdadeiras, há de se tomar uma atitude e um alerta.

Quero dizer que além dessa proposição, estamos propondo uma ação popular para que o Governo passe a recolher o que ele está devendo para a ParanaPrevidência. Quando o Governo não recolhe o que é devido à ParanaPrevidência, ele não está recolhendo o que é o futuro pagamento dos servidores públicos que nos assistem nesse momento. Está colocando em jogo, em dúvida, em perigo a saúde financeira da ParanaPrevidência e do estado. Porque cada vez mais o Governo paga os aposentados, ou melhor, os inativos através da ParanaPrevidência. Se for continuar esta mesma história do estado não contribuir o que é devido em lei, vai ocorrer que vai chegar o momento em que a ParanaPrevidência descapitalizada não terá recursos para pagar os seus aposentados. Se isso não é pertinente, se isso não é grave, se isso é inoportuno para que os Parlamentares se aprofundem e possam dar uma satisfação à população, não sei o que é oportuno. Não vejo mais qual o papel do Parlamentar.

O nosso papel, não é possível chegarmos perante os servidores e dizer: não, diz que falou, diz que denunciou, demitiram o Diretor, diz que, diz que... temos que ser exatos. Nós Parlamentares temos a obrigação de chegar perante a opinião pública e dizer: a situação da ParanaPrevidência é esta, o Governo não vem contribuindo com o que é devido em lei e isso poderá causar um rombo e prejuízos aos servidores públicos que irão receber as suas aposentadorias. Venho me somar ao requerimento e ao posicionamento do nosso Líder hoje da Oposição, Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, por cinco minutos.

O SR. ELIO RUSCH (**Partido Democratas**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na verdade nós já manifestamos em relação a ParanaPrevidência. O estrago ou não estrago que o ex-Diretor da ParanaPrevidência ao menos tem causado

quando ele publicou e divulgou a dívida que o estado tinha com a ParanaPrevidência.

Deputado Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, sabemos que deve encaminhar contrário. Mas, isso não se trata nem de Oposição nem de Situação. Estamos tratando de um Instituto de Previdência que é referência e modelo no Brasil. E quem disse isso não é o Deputado Elio Rusch. Quem disse isso é o Secretário do Ministério da Previdência Social da Presidência da República. Que a ParanaPrevidência é modelo de previdência pública do nosso país. Ora, se a ParanaPrevidência serve de referência e modelo para o país e para outros estados da federação, como é que nós Deputados, vamos nos omitir no momento que existem denúncias sérias e graves em relação ao não recolhimento, por parte do Governo do Estado, com a ParanaPrevidência. Ora, são milhares de funcionários, todos os funcionários da ativa do estado, seja do Quadro Geral, enfim, todos os funcionários, sejam os funcionários da inativa, sejam os pensionistas, todos estão envolvidos hoje com a ParanaPrevidência, seja no Fundo Financeiro ou seja no Fundo Previdenciário.

O Deputado Romanelli, Líder de Governo já trouxe a esta Casa a questão dos royalties que foram antecipados para capitalizar a ParanaPrevidência. Aliás, isso é motivo também de investigação. Quando os royalties foram antecipados, Deputado Valdir Rossoni, a Itaipu tinha 18 turbinas - hoje ela tem 20 turbinas - isto gera muito mais energia. Onde vai a outra parte dos royalties? Por que nós aqui da Casa não podemos saber disso? Por que nós da Casa não podemos investigar? Fazer pedido de informações apenas? Não. Vamos chamar os Diretores, os ex-Diretores para ver o que existe.

Srs. Deputados, chamo a atenção, quem sou eu para chamar atenção, mas ao menos gostaria que os senhores tivessem a consciência que esta Comissão Parlamentar de Inquérito - não é de Oposição e nem de Situação - esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a CEI, trata da maior empresa hoje do futuro do Paraná. O capital da ParanaPrevidência é maior do que o capital da COPEL. E como que nós não podemos fiscalizar? Por que não podemos formar uma Comissão Especial para apurar exatamente esse que é o objetivo? Os funcionários também querem saber. Não são só os funcionários do Poder Executivo. São os funcionários aqui da Assembléia. São os funcionários do Tribunal de Justiça. São os funcionários do Tribunal de Contas. Todos precisam saber como está a real situação da ParanaPrevidência. A contribuição que é descontada dos funcionários, a parte patronal, ela está sendo recolhida para a ParanaPrevidência? Os outros recursos quando da formação da ParanaPrevidência?

O Governo passado que antecedeu o Governo Requião, ele recolheu ou não recolheu? O atual está recolhendo ou não está recolhendo? É isto que queremos saber. Isto não se resolve com um pedido de informações. Isto se resolve sim, chamar para cá, para a Assembléia, os Diretores, questioná-los de que forma foi feito, por que deixou de contribuir, por que não pode persistir a com-

pensação dos royalties? Inclusive até convidar pessoas, se necessário for, como disse muito bem o Deputado Reinhold Stephanes Júnior, ele era o Secretário da Administração quando foi instalada a ParanaPrevidência, ele negociou como o Ministério da Fazenda, Pedro Malan, na época, a antecipação dos royalties.

Agora, fico surpreso, nós não podemos fiscalizar? O que estamos fazendo? É obrigação e dever do Poder Legislativo. Instituímos a ParanaPrevidência através de uma lei e dentro da lei existe um artigo que, inclusive, incrimina os gestores que não repassam os recursos para a ParanaPrevidência.

Então, nada mais justo, Srs. Deputados, do que nos instalarmos aqui na Casa essa Comissão Especial. E quero deixar bem claro mais uma vez - não se trata de Oposição e Situação, mas se trata sim do maior Instituto de Previdência pública do Brasil, modelo, referência para o nosso país. E as denúncias existem. Qual a verdadeira situação da ParanaPrevidência? Existe dívida ou não existe dívida com a ParanaPrevidência? O que vai acontecer com os funcionários? E só podemos esclarecer estas dúvidas com uma Comissão Especial instituída aqui na Casa.

Espero que os Srs. Deputados tenham consciência e votemos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último orador inscrito, Deputado Douglas Fabricio.

(**Declina.**)

Vamos então passar a votação.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus assentos. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento devem votar com a expressão SIM, obviamente, os contrários com a expressão NÃO.

Encerrada a Votação, vamos ao resultado: 16 SIM, 19 NÃO. **Rejeitado o requerimento.**

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que me fosse fornecida a lista de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem total e absoluto direito à lista de votação, ela será fornecida a V. Exa.

Requerimentos n°s 1602 e 1603, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1587 a 1598, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1601, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1606, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1607, de autoria do Deputado Jocelito Canto, com apoio dos Deputados Artagão Júnior, Duílio Genari, Plauto Miró e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1611 a 1627, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Em discussão.**

Requerimentos nºs 1610 a 1629, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Direção Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 205 e 236/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 029, 061 e 210/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 205-A/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover IVANI JORGINA NIESPRODZINSKI MACEDO, para exercer cargo em comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01/02/07.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/04/07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissão

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

Aos dezessete dia do mês de junho de 2008, reuniu-se na sala de reunião das comissões, sobre a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Duílio Genari, membros da Comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 168/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/08, que visa a aprovação de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda. Os recursos de que trata este crédito especial, será para criação de projeto orçamentário objetivando a integralização de capital na Agência de Fomento S/A. Os recursos de que trata este crédito especial no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), prende-se ao fato de que a Agência de Fomento S/A, deve receber do Governo do Estado do Paraná os montantes estabelecidos pelo Contrato de Gestão dos Ativos do Banco do Estado do Paraná e pela Gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. Os recursos para cobertura dos créditos serão provenientes do cancelamento de recursos originalmente previstos para pagamento dos Serviços da Dívida, e suplementados para integralização de recursos na Agência de Fomento na Fonte 100 - Recursos Ordinários - não vinculados de forma que não seja alterado o Grupo de Fontes. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira. Havendo número legal a Sra. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 01) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 02) Projeto de Lei nº 409/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida na forma da emenda supressiva - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

Aditivo Contratual

2º ADITIVO CONTRATUAL

Protocolo: 3068/08

Objeto: Prestação de serviço de coleta de resíduos hospitalares

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Contratada: SERQUIP Tratamento de Resíduos Paraná Ltda.

Valor: R\$ 260,00 mensal referente a 4 bombonas

Vigência: 24/06/08 a 24/06/09

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Balancetes Financeiros

Março

OFÍCIO Nº 06/2008

Curitiba, 09/06/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/2008, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/03/2008
MÊS: Março	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	22.400.000,00	70.600.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	22.400.000,00	70.600.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	22.400.000,00	70.900.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	94.642,26	743.756,37
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	94.642,26	743.756,37
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	94.642,26	743.756,37
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	10.163.699,80	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	10.163.699,80	9.355.128,98
TOTAL	32.658.342,06	80.998.885,35

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Março MÊS: Março Exercício: 2008	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/03/2008
---	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	18.278.284,08	65.112.209,50
Pessoal e Encargos Sociais	15.340.576,02	57.573.610,67
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.937.708,06	7.538.598,83
DESPESAS DE CAPITAL	12.145,00	12.145,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Investimentos	12.145,00	12.145,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	18.290.429,08	65.124.354,50
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	54.552,34	653.728,32
Pagamentos	54.552,34	653.728,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	67.847,00	975.288,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	67.847,00	975.288,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	122.399,34	1.629.017,21
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.245.513,64	14.245.513,64
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.245.513,64	14.245.513,64
TOTAL	32.658.342,06	80.998.885,35

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JAMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenador de Contabilidade

Abril

OFÍCIO Nº 07/2008

Curitiba, 09/06/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder,

referente ao mês de Abril/2008 conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Abril	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/04/2008
MÊS: Abril	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	20.400.000,00	91.000.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	20.400.000,00	91.000.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	20.400.000,00	91.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	127.574,01	871.330,38
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	127.574,01	871.330,38
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	127.574,01	871.330,38
SALDO DO MÊS ANTERIOR		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.245.513,64	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	14.245.513,64	9.355.128,98
TOTAL	34.773.087,65	101.526.459,36

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Abril	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 30/04/2008
MÊS: Abril	Exercício: 2008	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	20.270.898,02	85.383.107,52
Pessoal e Encargos Sociais	17.100.006,31	74.673.616,98
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.170.891,71	10.709.409,54
DESPESAS DE CAPITAL	42.705,32	54.850,32
Investimentos	42.705,32	54.850,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	20.313.603,34	85.437.957,84
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	653.728,32
Pagamentos	0,00	653.728,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	975.288,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	975.288,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	1.629.017,21

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.459.484,31	14.459.484,31
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.459.484,31	14.459.484,31
TOTAL	34.773.087,65	101.526.459,36

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JAMIMA OLIVEIRA E SILVA - Coordenador de Contabilidade

Maio

OFÍCIO Nº 08/2008

Curitiba, 09/06/08.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MAIO/2008 conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/05/2008
MÊS:Maio	Exercício: 2008	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	19.400.000,00	110.400.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	19.400.000,00	110.400.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	19.400.000,00	110.700.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	134.322,68	1.005.653,06
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	134.322,68	1.005.653,06
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	134.322,68	1.005.653,06
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.459.484,31	9.355.128,98
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	14.459.484,31	9.355.128,98
TOTAL	33.993.806,99	121.060.782,04

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Maio MÊS:Maio	MÊS: Maio Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data:31/05/08
---	------------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	20.890.035,12	106.273.142,64
Pessoal e Encargos Sociais	17.572.689,36	92.246.306,34
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.317.345,76	14.026.836,30
DESPESAS DE CAPITAL	70.250,94	125.101,26
Investimentos	70.250,94	125.101,26

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	20.960.286,06	106.398.243,90
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	112,00	653.840,32
Pagamentos	112,00	653.840,32
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.010,00	976.298,89
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	1.010,00	976.298,89
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.122,00	1.630.139,21
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	13.032.398,93	13.032.398,93
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.032.398,93	13.032.398,93
TOTAL	33.993.806,99	121.060.782,04

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

